



ELO



PORTE
PAGO

ANO VII

N.º 94

MENSAL

AGOSTO/SETEMBRO
1981

PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

Com o AID a chegar ao fim e as comemorações oficiais apagadas, com o congelamento dos projectos no Ministério da Defesa, com o bloqueamento de muitos outros projectos do âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, com um conjunto de actividades associativas que há que desenvolver, nomeadamente conclusões do congresso, alteração dos Estatutos, organização de serviços, comemorações internas do AID, etc., a ADFA, através dos seus órgãos dirigentes em particular e de todos os associados em geral, terá que desenvolver uma acção especialmente forte e dinâmica, assente na muita força que tem, com a consciência de que aos próprios deficientes cabe o papel de motor da sua integração social.

A ADFA, como força activa, voltada para o futuro, assumiu uma responsabilidade de que não pode demitir-se (nem se demitirá).

A nível externo, na defesa dos interesses dos deficientes das Forças Armadas em particular e de todos os deficientes em geral, saberemos manter-nos na primeira linha da luta.

Internamente, na defesa dos princípios da Associação, da sua própria coerência e do seu desenvolvimento cada vez maior, saberemos intensificar a prática associativa, onde a vontade colectiva, sempre soberana, dita os comportamentos adequados.

A posição da ADFA na Estrutura Organizativa do AID será cada vez mais crítica, embora participativa, exigindo-se que as comemorações tenham o mínimo de realce e funcionalidade. As nossas próprias comemorações serão intensificadas nestes últimos meses, como já se comprova neste número do «Elo».

Perante o Ministério da Defesa manter-nos-emos firmes nas nossas reivindicações, recorrendo às formas que consideramos mais adequadas para obtermos o que de justiça nos cabe. Do Governo exigiremos igualmente a publicação dos projectos elaborados através do Secretariado Nacional de Reabilitação, de necessidade urgente para todos os deficientes.

Das várias conclusões do Congresso da ADFA, procurar-se-á a aplicação possível, exigindo-se do Governo e dos serviços de reabilitação as medidas necessárias. Particularmente, no que respeita ao associativismo, a disponibilidade da ADFA está já neste momento a ser efectivada, esperando-se resultados que interessam a todos os deficientes e que façam afirmar a grande força que neles reside.

As questões de ordem interna, nomeadamente a organização de serviços e alteração dos Estatutos, vão ser submetidas à discussão associativa que culminará numa Assembleia Geral Nacional e cujas deliberações deverão reflectir a vontade consciente dos sócios. Através de reuniões entre os vários órgãos sociais, centrais, regionais e locais, e posteriormente com os associados em reuniões de trabalho descentralizadas, procurar-se-á, para estas questões e todas as outras, especialmente da legislação do Ministério da Defesa, encontrar o sentir colectivo para, posteriormente, surgirem as deliberações certas e as posições oportunas.

Assim, perante o trabalho que se nos depara,

(Continua na 2.ª pág.)

NOVO SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL

RECEBEU DIRECÇÃO DA ADFA

EXPRESSA APENAS BOA VONTADE SEM QUAISQUER GARANTIAS

A Direcção Central da ADFA foi recebida pelo novo Secretário de Estado da Defesa Nacional no passado dia 22 de Setembro, na sequência da solicitação de uma audiência feita logo após a tomada de posse do VIII Governo Constitucional.

O facto de o novo Secretário de Estado da Defesa, que não é a mesma pessoa do governo ante-

rior, com quem vinhamos dialogando, ter de imediato recebido a Direcção da ADFA revela que as portas do Ministério da Defesa se manterão abertas ao diálogo e à participação da Associação na resolução dos problemas dos deficientes das Forças Armadas.

Isto no campo formal, porque quanto ao conteúdo desta entrevista os re-

sultados não se afiguram tão positivos. O sr. Secretário de Estado, que em linhas gerais parece ter a mesma visão do seu antecessor dos problemas dos deficientes das Forças Armadas, não assumiu nenhuma posição concreta nem deu qualquer garantia, prometendo apenas ir estudar esta problemática, quanto a nós mais que estudada, carecendo somente

da vontade política do Governo.

A Direcção da ADFA, depois de reafirmar a posição da Associação quanto aos projectos elaborados e lembrar o exigido pelos associados na manifestação de 15 de Maio, solicitou ao sr. Secretário de Estado uma nova audiência o mais urgente possível a fim de se procurar encontrar

(Continua na 2.ª pág.)



A equipa da ADFA e das Joanitas em Serpa em 22 de Agosto

DESPORTO EM EVIDÊNCIA NO AID.

PÁGINAS CENTRAIS

POR DEMORA DO E. M. G. F. A.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO AINDA NÃO APRECIOU PROJECTOS SOBRE ASSISTÊNCIA MÉDICA E CMRA.

O Comandante Martins Guerreiro, membro do Conselho da Revolução, encarregado por aquele órgão de soberania de estudar os problemas dos deficientes das Forças Armadas, recebeu a Direcção Central da ADFA no passado dia 24 de Setembro.

A ADFA solicitou esta audiência a fim de saber da situação em que se encon-

tram os dois projectos, entregues em Junho passado, relativos à resolução dos graves problemas criados pelo corte de assistência médica e medicamentosa por parte dos Serviços Sociais das Forças Armadas e pela extinção da CMRA.

Pretende-se, como é sabido, que a questão da assistência médica seja definitivamente resolvida atra-

vés da inscrição dos deficientes das Forças Armadas nas ADM.S (Assistência na Doença dos Militares), ficando, deste modo, garantido o acesso para todos os efeitos aos hospitais militares.

Relativamente à extinção da CMRA, pretende-se que seja criado um órgão equivalente no Estado Maior General das Forças Ar-

madas, garantindo-se, deste modo, um espaço próprio na instituição militar onde os deficientes das Forças Armadas se façam ouvir por direito próprio.

Estas duas questões ainda não foram levadas à reunião do Conselho da Revolução pelo facto de os dois referidos projectos terem sido entregues ao

(Continua na 3.ª pág.)

PLANO DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO PARA 1982

PÁGINA 2

EM REUNIÃO DE 15 DE SETEMBRO

CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO APROVOU PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1982

O Conselho Nacional de Reabilitação, na sua reunião ordinária de 15 de Setembro, aprovou o plano de actividades do Secretariado Nacional de Reabilitação para 1982, bem como o respectivo orçamento.

Em primeiro lugar, há que salientar que foi a primeira vez que o Conselho Nacional de Reabilitação aprovou o plano de actividade dentro do prazo regulamentar, ou seja até 15 de Setembro do ano

anterior ao que se refere o plano.

Deste reunião constava ainda da ordem de trabalhos «informação sobre actividades desenvolvidas pelo Secretariado, designadamente no âmbito do Ano Internacional do Deficiente».

O plano de actividade, desta vez mais compacto que os anteriores, segue, no entanto, as linhas de orientação daqueles, prevendo-se, além da continuação dos trabalhos em

curso, nomeadamente no âmbito da Direcção dos Serviços de Reabilitação, a criação de mais grupos de trabalho e o desenvolvimento de actividades novas em áreas fundamentais e de interesse para os deficientes.

Prevêem-se, entre outras, as seguintes acções:

GRUPOS DE TRABALHO

— Funcionamento de Grupos de Trabalho sobre emprego de deficientes na Função Pública.

— Criação de um Grupo de Trabalho para a preparação das linhas gerais sobre reabilitação profissional.

— Criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração de um acordo protocolar que regulamente a reabilitação profissional de cidadãos que se incapacitam durante a prestação do serviço militar.

— Criação de um Grupo de Trabalho para discussão e apresentação de propostas sobre a constituição de cooperativas de construção.

— Funcionamento de Grupos de Trabalho sobre transportes para deficientes, nomeadamente sobre o transporte integrado na Carris e na Rodoviária Nacional e eliminação de barreiras físicas nas estações do Metro e nas estações e carruagens da CP.

— Criação de um Grupo de Trabalho para o estudo das condições de estabilidade, de circulação e aquisição de triciclos, quadriciclos e dos problemas relativos à obtenção de cartas de condução.

— Estudos internos com vista à revisão da Lei 11/78 e Despacho Normativo 63/79.

— Estudos internos para a elaboração de um documento sobre as possibilidades de desenvolvimento da construção de habitação social para alugar a deficientes.

— Criação de um Grupo de Trabalho para o estudo de medidas legislativas sobre atribuição e aquisição de dispositivos de compensação.

— Criação de um Grupo de Trabalho sobre a Lei de Bases (revisão da Lei 5/71)

— Criação de um Grupo de Trabalho sobre o cartão de deficiente.

— Participação do Secretariado na comissão permanente de revisão da tabela nacional de incapacidades.

— Participação na Lei de Bases da Família e na Regulamentação do Decreto-Lei n.º 503/80.

— Participação no Grupo de Trabalho sobre estruturação de centros de audiológica em Portugal.

— Participação no Grupo de Trabalho sobre eliminação de barreiras físicas em Lisboa.

— Participação na Comissão interdepartamental entre a invalidez e a reabilitação profissional.

PREVENÇÃO

— Intervenção junto das famílias, das escolas, dos serviços de saúde, da população em geral, difundindo informações sobre o modo de prevenir a deficiência e promover a integração dos deficientes.

— Intervenção junto das empresas sobre a prevenção de acidentes no tráfico, no trabalho e na habitação e ainda procurar solucionar as questões inerentes à integra-

ção profissional de deficientes na empresa.

— Edição de publicações com conselhos práticos sobre a prevenção da deficiência a todos os níveis e sobre a integração de deficientes.

EDUCAÇÃO

— Incentivação da política de integração a nível educativo, melhorando as condições de acesso e frequência.

TRABALHO

— Acompanhamento da reestruturação da Secretaria de Estado do Emprego.

— Promoção da publicação dos diplomas sobre emprego de deficientes no sector público e privado empresarial.

SEGURANÇA SOCIAL

— Continuação do levantamento das prestações e serviços de segurança social.

— Estudo das prestações e serviços existentes para sinistrados no trabalho.

— Estudos relativos às pensões de invalidez ou reforma extraordinária.

— Estudo de alterações ao Decreto-Lei n.º 43/76 no que se refere a militares que se tornaram deficientes mentais.

— Estudo da reformulação do regime de Suplemento de pensão aos grandes inválidos.

— Intervenção junto do MAS relativamente ao apoio pelo trabalho.

TRANSPORTES

— Estudos e propostas várias sobre a utilização dos transportes públicos por deficientes.

— Diligências junto dos serviços competentes para estudo e reformulação do sistema de transporte do deficiente que frequenta estabelecimentos de ensino com vista a facilitar a integração de crianças deficientes.

— Intervenção na legislação relativa ao estacionamento na via pública.

BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

— Diligências junto das entidades competentes para revisão dos actuais regulamentos de construção.

— Diligências junto das Câmaras Municipais, das casas de espectáculos, da A. N. A., dos CTT e TLP com vista à eliminação de barreiras.

— Distribuição de pictogra-

mas (símbolo internacional de acesso).

HABITAÇÃO

— Revisão da Lei n.º 55/79.

— Estudo com vista à revisão das condições de empréstimos a deficientes para aquisição de habitação própria.

— Estudos tendentes à criação de um regime de empréstimos com juros bonificados para obras de adaptação da habitação.

OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

— Apoio a actividades integradas (campos de férias desportos, etc.).

ISENÇÕES FISCAIS

Intervir na legislação já preparada no sentido de obter a sua publicação e acompanhar a sua aplicação.

— Isenções e/ou redução dos custos da instalação de telefones.

No âmbito do Centro de Informações e Relações Públicas, prevê-se, pela primeira vez, embora ainda não sistematizadas, num conjunto de acções de sensibilização e que a seguir se referem.

Incentivar os contactos com os órgãos de comunicação social, escritos e falados, para uma cada vez maior difusão de notícias que interessam os deficientes.

Promover a elaboração de artigos, notícias, reportagens, entrevistas, etc., que visem sensibilizar a opinião pública e contribuir para uma crescente mudança de atitudes, socorrendo-nos da colaboração de técnicos ou outras pessoas interessadas nesta problemática.

Elaborar folhetos simples e directos com informações e orientações úteis aos deficientes e suas famílias, quer sobre as vastas áreas da prevenção, reabilitação e integração, quer sobre problemas mais restritos como educação, saúde, segurança social, habitação, transportes, ajudas técnicas, etc.

Planear um programa a propor à RTP, com periodicidade regular, à semelhança do que já acontece com a Comissão da Condição Feminina.

Elaborar um programa de rádio, com a eventual participação activa dos ouvintes, junto da RDP e/ou da Rádio Renascença.

Dar a maior difusão possí-

vel à «Carta para os anos 80», através, por exemplo, de programação de sessões junto das escolas, núcleos sócio-profissionais, associações, etc., para uma melhor interpretação e compreensão da mesma.

Acompanhar a sensibilização junto das escolas, no sentido de se obter uma participação dos jovens na mudança de atitudes.

Estabelecer com o MEC uma acção de sensibilização junto dos professores, sobretudo junto daqueles que estão em fase de reciclagem, e dos futuros professores do ensino especial. Atenção especial deveria ser dada, também às Escolas do Magistério Primário.

De entre as actividades previstas no plano de actividade há a salientar a continuação do funcionamento das sub-comissões do AID, de que fazem parte as Associações de deficientes, e que são, como se sabe, formação de pessoal técnico-profissional, campanhas de sensibilização e informação sobre a problemática da prevenção, reabilitação e integração de deficientes, reabilitação dos cegos tardios atendimento ao deficiente mental profundo e apoio domiciliário.

Destaca-se, ainda, no plano, a intenção de proceder ao levantamento dos deficientes militares.

DO PLANO AO SEU CUMPRIMENTO

O plano agora aprovado pelo Conselho Nacional de Reabilitação pode e deve ser cumprido pelo Secretariado. Aqui não se levantam as maiores dúvidas. Essas levantam-se quanto ao cumprimento por parte do Governo dos seus deveres na sequência do trabalho elaborado por este organismo coordenador da reabilitação. Isto é, há fundadas dúvidas de que o Governo prove as propostas de medidas legislativas que em 1982 resultarão dos grupos de trabalho e de toda a actividade do Secretariado. Estas dúvidas fundamentam-se simplesmente no facto de os projectos até agora elaborados no âmbito do Secretariado continuarem a aguardar aprovação pelo Governo.

Encontra-se, assim, bioquado o trabalho conjunto do Secretariado e das Associações de deficientes. Isto foi salientado pelo vogal da ADFA no Conselho Nacional de Reabilitação e reforçado pelos vogais das outras duas Associações de Deficientes. Trata-se, ali se entende e entende, da falta de vontade política do Governo, factor decisivo neste processo e que terá que ser bem ponderado pelas Associações. Não se pode, realmente, aceitar que se gastem energias e boas intenções em trabalhos que não passem de obras acabadas, geralmente com boa qualidade técnica, sem resultados práticos para os deficientes.

Do trabalho até aqui desenvolvido pelo Secretariado resultaram já vários projectos de diploma que se encontram encailhados nos Ministérios. 1982 será mais um ano de produção de projectos a congelar? É uma questão que fica, esperando-se que a resposta seja negativa. O espírito das comemorações do AID assim o exige.

A ADFA NO MINISTÉRIO DA DEFESA

(Continuação da 1.ª pág.)

tratar as soluções necessárias.

Disso obteve-se a promessa, aguardando-se que se cumpra, de facto, o mais breve possível.

Entretanto, a Direcção Central, após esta audiência, distribuiu um comunicado aos órgãos de informação que transcrevemos a seguir na íntegra.

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem vindo a exigir dos órgãos do poder, nomeadamente do Ministério da Defesa Nacional, a resolução de situações de gritante injustiça entre os Deficientes das Forças Armadas resultante da guerra colonial terminada há mais de 7 anos e que ainda subsistem.

Estas situações, além de não terem sido resolvidas pelo anterior Governo (havendo para tal projectos há muito elaborados pelo próprio Ministério da Defesa Nacional), foram ainda agravadas no início deste ano com a extinção da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência e corte da assistência médica e medicamentosa por parte dos Serviços Sociais das Forças Armadas.

A ADFA, através dos contactos com o Ministério da Defesa, revelou toda a sua disponibilidade no sentido de serem encontradas as melhores soluções para as situações em questão. Não tendo, contudo, as posições do Ministério da Defesa sido minimamente aceitáveis, os Deficientes das Forças Armadas expressaram o seu descontentamento público na manifestação que realizaram no dia 15 de Maio, tendo na altura decidido aguardar uma posição favorável do Governo no prazo de 3 meses.

Terminado já este prazo, a Direcção da ADFA foi agora (22 de Setembro) recebida pelo novo Secretário de Estado da Defesa, de quem não obtivemos quaisquer garantias, prometendo apenas ir estudar esta problemática (quanto a nós mais que estudado, carecendo somente da vontade política do Governo).

Não se pode aceitar que o Ano Internacional do Deficiente seja em Portugal assinalado com uma política anti-deficientes e anti-integração social, negando-se a aprovação de projectos elaborados por anteriores governos e retirando-se direitos alcançados,

A verdadeira problemática dos deficientes é cada vez menos do domínio público, quando, especialmente no Ano Internacional do Deficiente, deveria assumir-se cada vez mais como uma questão social de interesse nacional dizendo respeito a todos os cidadãos.

Os governos, numa visão retrógrada, reduzem este problema a uma falsa dimensão económica, vendo na integração social apenas dispêndio de verbas, e excluindo deste modo definitivamente os deficientes do próprio desenvolvimento social e também económico do País, lançando-os numa situação marginalizante e sub-humana.

No espírito do Ano Internacional do Deficiente e na consciência dos deficientes que não abdicam do seu estatuto de cidadãos plenos, esta perspectiva governamental é totalmente condenável.

Os deficientes das Forças Armadas não se demitirão do direito de serem integrados plenamente na sociedade, exigindo a aprovação das medidas legislativas justas e capazes de lhe proporcionarem uma vida tanto quanto possível semelhante à que levariam se não se tivessem deficientes no cumprimento dos seus deveres para com a Nação nas fileiras das Forças Armadas.

Temos vindo a apelar para a compreensão do Governo, no sentido de, dentro de um bom entendimento, se encontrar as soluções adequadas. Infelizmente, este meio não tem produzido resultados minimamente satisfatórios. Reservamo-nos, portanto, o direito de adoptarmos formas ainda mais convincentes e evidenciadoras da razão que nos assiste e que é reconhecida pela generalidade da população que tem ainda viva na memória a guerra colonial.

A opinião pública não poderá, nem quererá, continuar a ser mantida alheia ao problema dos deficientes, cuja não resolução implica um atraso social que afecta toda a população.

Torna-se necessário que todos os deficientes se mobilizem na defesa dos seus interesses, garantindo a realização dos seus direitos. A A. D. F. A. declara a sua solidariedade para com todos os deficientes portugueses, consciente de que se torna cada vez mais urgente o despertar da enorme força acumulada pelo descontentamento, única capaz de garantir a abertura dos caminhos da integração social».

EDITORIAL

(Continuação da 1.ª pág.)

teremos que fazer funcionar toda a máquina associativa, avançando numa frente única em que se integram os órgãos sociais eleitos e todos os associados. Os resultados serão tanto mais positivos quanto maior e mais determinada for essa frente. A responsabilidade de cada sócio não termina, não pode terminar, no momento em que eleger os seus representantes. Essa responsabilidade assume-se simultaneamente como um direito e um dever associativos, sempre e em cada momento participando e impulsionando.

Assim, a nossa força, se assentar no empenhamento de todos, será grande e suficiente para nos levar até aos objectivos pretendidos.

A POLÊMICA QUESTÃO DA QUOTA OBRIGATÓRIA

GRUPO DE TRABALHO SOBRE INTEGRAÇÃO DOS DEFICIENTES NO SECTOR PRIVADO E NO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL

Mais um grupo de trabalho que tem vindo a funcionar no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação terminou as suas actividades, elaborando o relatório final. Trata-se do grupo de trabalho encarregado de «estudar e propor as medidas necessárias ao estabelecimento de regimes legais que facilitem o acesso de deficientes ao mercado de emprego no sector privado e no sector público empresarial», conforme determina o despacho conjunto dos Ministros dos Assuntos Sociais e do Trabalho, publicado no Diário da República de 7 de Janeiro de 1980, na sequência de deliberação do Conselho Nacional de Reabilitação neste sentido.

PROJECTOS NO C.R.

(Continuação da 1.ª pág.)

Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas para previamente emitir parecer.

Aguarda-se, assim, a posição do E. M. G. F. A., garantindo-nos o Comandante Martins Guerreiro que vai deliciar no sentido de que o referido parecer seja emitido o mais rápido possível.

A Direcção da ADFA manifestou mais uma vez ao Conselho da Revolução a necessidade e urgência da aprovação destes dois projectos, fundamentais para os deficientes das Forças Armadas.

Esperemos que o Conselho da Revolução, que manifestou compreensão pela situação dos deficientes das Forças Armadas quando aprovou o projecto de decreto-lei sobre os grandes deficientes (depois congelado no Ministério da Defesa Nacional), não tenha que vir a ser apontado por nós (especialmente quando se comemora o AID) como menos atento às necessidades e aspirações dos próprios deficientes militares.

Deste grupo de trabalho fizeram parte representantes da Secretaria de Estado do Trabalho, da Secretaria de Estado da População e Emprego, da Secretaria de Estado da Segurança Social, um representante da APD, um representante da ADFA e ainda um representante do Secretariado Nacional de Reabilitação que coordenou os trabalhos.

Os trabalhos não se iniciaram logo após a data do despacho, mas, como já é habitual, bastante mais tarde, devido à demora na nomeação dos elementos participantes no grupo de trabalho.

Em Agosto passado, o relatório estava pronto e assinado pelos elementos do grupo de trabalho, prevendo um importante conjunto de medidas necessárias à integração dos deficientes no sector privado

JÁ ELABOROU RELATÓRIO FINAL

e no sector público empresarial que constituem uma peça fundamental no processo de reabilitação e integração profissional dos deficientes.

O grupo de trabalho, depois dos vários estudos feitos e ponderadas as hipóteses de solução, acabou

vistas, começa-se por encarar a possibilidade de os deficientes obterem apoio financeiro (empréstimos) para instalação em actividades próprias.

No que respeita à forma como o deficiente deve ser encarado na sua realidade específica, na empresa, são

medidas especiais no que respeita a transferências, intervalos e descansos, trabalho extraordinário e trabalho nocturno e por turnos.

No caso dos trabalhadores deficientes na própria empresa, prevê-se a sua reintegração, sem interrupção do contrato de trabalho, finda a reabilitação médica, funcional e profissional. Em casos destes, quando for necessário criar ou adoptar um posto de trabalho ao deficiente, a empresa beneficiará de estímulos.

Quota obrigatória

O grupo de trabalho considerou aconselhável a adopção do sistema de quota obrigatória, devido à actual situação de bloqueamento do acesso de deficientes ao mercado normal de trabalho e atendendo a que aos deficientes assiste o direito de demonstrarem as suas reais capacidades, e atendendo que o Estado deve assumir a sua responsabilidade na criação de condições que viabilizem o exercício do direito ao trabalho do deficiente.

O relatório elaborado, procurando fundamentar a opção pela quota obrigatória, foca experiências estrangeiras nesta matéria. Assim, países como a Áustria, Bélgica, Inglaterra,

Itália e França, adoptaram o sistema de obrigatoriedade de admissão de uma determinada percentagem de deficientes nas empresas. Em alguns casos essa percentagem atinge 10% dos efectivos da empresa.

Começa-se por responsabilizar o próprio Estado no processo de integração profissional dos deficientes, considerando-se «que as empresas públicas e nacionalizadas, por força do seu estatuto jurídico, devem assumir a responsabilidade da integração de trabalhadores deficientes, o que constituirá uma forma de motivar o sector privado para soluções de idêntica natureza».

Prevê-se ainda que «nas empresas públicas, nacionalizadas e de economia mista com capital maioritário do Estado sejam admitidos indivíduos deficientes numa percentagem correspondente a 10% do número total de trabalhadores da empresa».

Para as empresas privadas prevê-se uma percentagem menor de deficientes nos efectivos, apenas de 5%. Assim, prevê-se «nas empresas privadas com mais de 50 trabalhadores sejam admitidos indivíduos deficientes numa percentagem correspondente a 5% do número total de trabalhadores da empresa». Ficam ainda obrigados a admitir um indivíduo em cada 10 trabalhadores a admitir, até que seja pre-

(Continua na 4.ª pág.)



por propor a instituição da quota obrigatória, questão polémica, mas funcional e de resultados práticos positivos em muitos países, especialmente da Comunidade Económica Europeia.

Dentro das soluções pre-

considerados alguns deveres da entidade empregadora, nomeadamente quanto à abolição de barreiras arquitectónicas e a existência de condições que evitem a marginalização do deficiente no próprio serviço. São ainda previstas

COOPERATIVA DE ÉVORA EM DISCUSSÃO

Em face da gravidade e indefinição da situação da Cooperativa de Comercialização de Bens de Consumo dos Deficientes das Forças Armadas — Codefa, a funcionar nas instalações da Delegação da A. D. F. A. em Évora, solicitou a Direcção da Zona Sul, aos Sócios da referida Cooperativa, para comparecerem na Delegação de Évora da A. D. F. A., sita na Rua de Machede (edifício do D. R. M.) pelas 15 horas do próximo dia 3 de Outubro (Sábado) a fim de, eleita uma Mesa para dirigir os trabalhos, serem encontradas as melhores soluções para o funcionamento da mesma Cooperativa.

FESTA DE NATAL DA ADFA

INSCRIÇÕES

JÁ ESTÃO ABERTAS

Os sócios da Zona de Lisboa interessados em participar na Festa de Natal podem, desde já, inscrever os seus filhos na Sede da Associação (Recepção).

Recorda-se que a idade limite das crianças para efeito de receber lembranças é de 10 anos.

No próximo número do «Elo» será indicada a data e o local, bem como o respectivo programa.

AOS SÓCIOS INSCRITOS NO SERVIÇO DE PROCURA E OFERTA DE EMPREGO

Dentro do espírito que presidiu à definição de uma política que melhor possa defender os interesses dos associados, solicitamos a todos os sócios inscritos no Serviço de Procura e Oferta de Emprego a colaboração indispensável ao bom funcionamento do referido Serviço.

Encontram-se neste momento algumas centenas de sócios inscritos que procuram colocação no mercado normal de trabalho ou aguardam uma eventual possibilidade de melhoria profissional. Dos cerca de 650 sócios inscritos, certamente que um grande número tem já a sua situação resolvida em termos profissionais, causando-nos portanto dificuldades de funcionamento que necessitamos ultrapassar.

Assim, e para que o Sector de Reabilitação Profissional se torne mais operacional, solicitamos aos inscritos no mesmo que nos informem sobre possíveis alterações da anterior situação, nomeadamente no que se refere a:

- Habilitações literárias
 - Habilitações profissionais
 - Empregado ou não
 - Mudança de residência
 - Ou se continuas na mesma situação, etc.
- Bem como qualquer outro elemento que consideres importante para juntar ao teu processo.

Aguardamos uma resposta dos sócios inscritos com a maior brevidade possível, de contrário consideramos que a sua situação se encontra resolvida.

NA SEDE DA ADFA EM LISBOA

REUNIÕES DE SÓCIOS TODOS OS ÚLTIMOS SÁBADOS DE CADA MÊS

Vão realizar-se reuniões de sócios na Sede da Associação em Lisboa todos os últimos sábados de cada mês com início às 15 horas. A próxima reunião terá lugar no dia 24 de Outubro.

Com estas reuniões pretende-se que todos os sócios participem na discussão das grandes questões com que a ADFA se vai debatendo, nomeadamente a luta em que estamos empenhados para a publicação de legislação mais justa.

Realça-se a importância para a Associação e para todos os associados da presença de grande número de sócios nestas reuniões, permitindo-se assim que a posição da ADFA essente cada vez mais e em cada momento na vontade colectiva da massa associativa.

A realização destas reuniões periódicas não impede que outras reuniões de sócios se realizem ao longo do mês se assim o exigirem os interesses da Associação e dos associados.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE INTEGRAÇÃO DOS DEFICIENTES NO SECTOR PRIVADO E NO SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL

(Continuação da 3.ª pág.)
enchida a percentagem estabelecida (5%).

Estímulos e compensações à entidade empregadora

Procurando-se criar incentivos às empresas que admitem deficientes nos seus quadros, prevê-se a

criação do «subsídio de compensação» e «apoio à adaptação dos postos de trabalho».

O subsídio de compensação é atribuído durante o período da adaptação ou readaptação do deficiente ao trabalho, sendo calculado em função da redução do rendimento laboral deste e pago por um prazo máximo de um ano.

JÁ ELABOROU RELATÓRIO FINAL

Quando aos subsídios de adaptação de postos de trabalho e de eliminação de barreiras arquitectónicas, os mesmos «serão concedidos a empresas ou outras entidades que necessitem de adaptar as suas instalações às dificuldades funcionais dos deficientes que se propõem admitir». O subsídio de adaptação de postos de trabalho poderá ir até 10 vezes a importância mensal mais elevada do subsídio de desemprego por cada posto de trabalho. A eliminação de barreiras arquitectónicas poderá ser custeada pelo Estado até 20.000\$00 e acrescido de 30% do excedente se o custo for superior a esta verba.

Para as empresas que, para além da quota obrigatória, por iniciativa própria, reservem postos de trabalho passíveis de serem ocupados por deficientes, prevê-se ainda um subsídio correspondente a 30% do vencimento anual do posto

de trabalho a ocupar pelo deficiente.

Posição dos Sindicatos e das entidades patronais

O grupo de trabalho enviou as propostas de medidas elaboradas às centrais sindicais (Intersindical e patronais (Confederação da Indústria Portuguesa - CIP, UGT) e às Confederações Confederação dos Agricultores Portugueses - CAP e Confederação do Comércio Português - CCP a fim de se pronunciarem.

As centrais sindicais, tanto a Intersindical como a UGT, concordaram com estas propostas de medidas, dando ainda um contributo técnico, ao sugerirem algumas melhorias pontuais.

Quando às confederações patronais, apenas conhecemos a posição da CIP e que é de inteira discordância com o proposto.

A Confederação da Indústria Portuguesa, apesar dos estímulos e compensações previstos, rejeita totalmente a quota obrigatória. A sua justificação assenta num reconhecimento que faz dos deficientes como incapazes de se integrarem no trabalho ao lado dos trabalhadores ditos normais. Isto visto numa perspectiva de dinâmica da própria empresa, onde considera o deficiente como elemento anómalo e prejudicial a essa mesma dinâmica, uma espécie de empecilho.

Entende a CIP que a solução proposta «peca por excesso de protecção ao deficiente e completo desprezo pelos interesses da empresa». Esquece aqui a CIP a função social da empresa, encarando esta apenas como mera produtora de lucros para o empresário, desinserida do seu significado e interesse nacionais. Mais, numa falsa avaliação das capacidades dos deficientes (considera-os, por princípio, com capacidade de trabalho inferior), a CIP entende estas medidas como lesivas da economia nacional e geradoras

do aumento de desemprego (não se entendendo bem como).

Esta posição da CIP constitui um elemento novo neste processo e que não é de bom augúrio. Verifica-se assim que a integração profissional dos deficientes é deveras difícil. Para além de uma mentalidade bastante generalizada de que o deficiente é inferior aos demais, acresce agora a aguerrida defesa das entidades patronais dos seus lucros. Mas, note-se, trata-se de uma falsa questão, já que, através dos incentivos e da garantia conhecida de que o deficiente produz normalmente no trabalho, as empresas não serão prejudicadas, a eco-

nomia nacional não será afectada, antes desenvolvida (com a passagem de elementos inactivos a produtivos) e o desemprego não será aumentado, antes baixará (com a colocação no trabalho de pessoas em princípio votadas definitivamente à marginalização).

Depois deste parecer da CIP aguarda-se a vontade política do Governo.

Este um trabalho, como muitos outros já elaborados no Secretariado Nacional de Reabilitação, que corre o risco de não passar de projecto. É, no entanto, mais um elemento a mobilizar os deficientes para a defesa dos seus interesses; é mais um objectivo que se vislumbra que terá que ser atingido. Tudo dependerá, em muito, da própria capacidade reivindicativa dos deficientes.

REALIZADO NA GULBENKIAN

ENCONTRO SOBRE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM DEFICIENTE

Decorreu na semana de 14 a 19 de Setembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, um encontro sobre a integração da criança e do jovem deficiente.

Do programa, além das mesas-redondas sobre as experiências educativas de integração e prevenção feitas em diversos pontos do País, foram feitas comunicações acerca da «Integração, conceitos e prática» por Kathleen Kelly; «A escola como factor de integração» por J. Evangelista Loureiro; «Pesquisa das condições favoráveis à integração de todas as crianças nas mesmas estruturas educativas» por Mira Stambak.

Dum modo geral, a tónica das comunicações e debates caiu sobre a necessidade de modificação das estruturas socio-económico e ideológicas a fim de ser a própria comunidade a consciencializar-se aceitando sem quaisquer reservas todo o indivíduo que nasce no seu seio. Deste modo não seria preciso desencadear um processo de integração, pois que, à partida, todos estão em igualdade de circunstâncias, tendo as

mesmas oportunidades e podendo usufruir das estruturas educativas e sociais aptas a dar resposta às carências individuais, independentemente da natureza destas.

Foi salientado o papel importantíssimo dos «mass-média» (jornais, Televisão, rádio, etc.) para informação e transformação da sociedade, visando a integração do deficiente e a sua participação na vida económica, social e política. Mas qual será a vantagem que o deficiente tem em integrar-se num sistema de produção e consumo das massas, de converter-se num membro standartizado de uma sociedade que não é reconhecida como justa?

Em primeiro lugar deverá tomar-se em atenção o significado que se dá à palavra «Integração». Para a sua melhor compreensão e anulação dever-se-á ter em vista a normalização dos serviços, ou seja, não permitir a segregação e a criação de serviços especiais mas o livre acesso aos serviços normais (vulgares) da comunidade; a igualdade de oportunidades, ou seja, o deficiente não deve ter privilégios, mas dispor de serviços que lhe permita beneficiar de uma real igualdade de oportunidades.

Duma forma global, entende-se por integração a utilização máxima dos aspectos positivos do meio, em vista ao total desenvolvimento da personalidade do deficiente. — «Adaptar o meio ao deficiente para que o deficiente se possa adaptar ao meio».

A educação e socialização e esta não pode ser concebida abstratamente e longe dos objectivos da cultura e da vida; esta tem de ser feita no ambiente natural da vida familiar, social, afectivo, da amizade, de aceitação, convivência...

A ADFA esteve presente neste encontro através de um representante.

COMUNICADO DA DIRECÇÃO DA ZONA SUL

Detectados, pela actual Direcção do Zona Sul, graves anomalias nos Serviços da Delegação de Évora, e em face do estado caótico em que os mesmos se encontravam, deliberou esta Direcção, na sua reunião de 2 de Setembro de 1981, depois de discutido e apreciado o relatório apresentado sobre o assunto, encerrar as Instalações da Delegação, até ser garantida, pela Direcção Central, com a qual reuniu em 7 do mesmo mês, uma inspecção aos Serviços, bem como a sua reestruturação.

Reabertos os Serviços em 8 do mesmo mês de Setembro, aguarda-se que sejam conhecidas as conclusões da inspecção para ser marcada uma Assembleia Geral da Zona Sul, para esclarecimento aos Sócios.

AUMENTO DAS PENSÕES DE PREÇO DE SANGUE E DE INVALIDEZ

Com a publicação no Diário da República 1.ª Série, n.º 110, de 14 de Maio de 1981, do Decreto-Lei n.º 110-A/81, viram, como já se torna hábito anualmente, nomeadamente as viúvas dos militares falecidos e os militares «do serviço» Pensionistas por Invalidez, estabelecido nesse diploma legal, um aumento de 19% nas suas pensões, com efeitos retroactivos desde 1 de Maio do corrente ano.

Importa referir que a actualização destas Pensões e das Pensões de Aposentação, verifica-se sempre de acordo, com os aumentos médios que a Tabela de vencimentos para a função pública concerne.

Independentemente deste facto, foi publicado no Diário da República 1.ª Sé-

rie, n.º 193, de 24 de Agosto de 1981, o Decreto-Lei n.º 245/81, que determina aditamentos ao Decreto-Lei acima referido, estabelecendo dessa forma, a partir de 1 de Setembro do corrente ano, uma nova fórmula de cálculo, em que a percentagem de 76,5% do vencimento da categoria correspondente do activo, contará para efeitos do cálculo das pensões, devendo no caso específico do pessoal civil e militar das Forças Armadas, serem elaboradas pelos três ramos respectivos, as necessárias tabelas de equivalência.

Creemos ser uma medida que visa colocar ao nível actual, Pensões de Preço de Sangue e de Invalidez que se encontram há muito desactualizadas, com valo-

res da média do montante do mesmo tipo de Pensões atribuídas mais recentemente.

Assim e face à ambiguidade deste último diploma legal, entrou a A. D. F. A. de imediato em contacto com as entidades responsáveis pela interpretação e aplicação desta matéria, as quais se mostraram pouco claras e conhecedoras da sua forma interpretativa, aguardando-se para breve, afirmaram, directrizes sobre o assunto.

Ainda relativamente ao Decreto-Lei n.º 110-A/81 que estabeleceu o aumento de 15% nas Pensões, fomos informados que todas as pensões atribuídas até Novembro de 1978, receberão o respectivo aumento a partir de Outubro deste ano.

NOVA DIRECÇÃO DA ZONA SUL

Na sequência do pedido de demissão apresentado pelo Presidente da Direcção da Zona Sul, JOAQUIM ALBERTO SANTANA VALADAS, sócio n.º 2123, e do pedido, formal, de demissão do cargo de Vice-Presidente, apresentado pelo Vice-Presidente da Zona Sul, JOSÉ LUIS CAVACO FERREIRA, ficou assim constituída, por deliberação dos elementos da Direcção em exercício, e até ratificação em próxima Assembleia Geral da Zona Sul, a nova Direcção da Zona Sul:

- | | | |
|-----------------|---------------------------------------|--------------|
| PRESIDENTE | — JOSÉ LUIS Cavaco Ferreira | — Sócio 8387 |
| VICE-PRESIDENTE | — Vitor Manuel Mocho RICHAU | — Sócio 8221 |
| 1.º SECRETÁRIO | — GILBERTO Miguel Trigueirão Costelas | — Sócio 8419 |
| 2.º SECRETÁRIO | — Joaquim Manuel Vicente SARAGOÇA | — Sócio 2149 |
| TESOUREIRO | — ANTÓNIO FERNANDO do Carmo Matias | — Sócio 7976 |

NATAÇÃO PARA FILHOS DOS SÓCIOS EM LISBOA

A ADFA vai proporcionar mais um ano de prática da natação para os filhos dos associados. As inscrições encontram-se abertas, devendo os interessados dirigir-se à Secção de Desportos da sede.

Os treinos de natação realizar-se-ão às 2.ª e 5.ª das 10 h às 11,30 h e às 3.ª e 6.ª das 15 h às 16 h.

A Secção de Desportos da sede está também a deliciar no sentido de conseguir tempo numa piscina para a prática de natação para os sócios e esposas.

DA REVISTA «REABILITAÇÃO»

SOBRE O CONCEITO DE REABILITAÇÃO

No número 2 da revista «Reabilitação», a que nos referimos noutra local, vem publicado um trabalho elaborado por dois técnicos do Secretariado Nacional de Reabilitação (Teresa Gaspar e Marília Fragoeiro) que nos chamou a atenção especialmente na forma como abordam o conceito de reabilitação.

Porque nos parece uma forma nova, fora dos esquemas clássicos e demasiado tecnicistas, apresentada numa dimensão essencialmente social e dinâmica, achamos oportuna a transcrição de uma passagem desse trabalho, tanto mais que se torna oportuno e útil discutir o que é a reabilitação, encontrando-se o significado exacto, apontando interpretações menos correctas ou actualizadas dos conceitos, para que a sua aplicação seja mais conforme à realidade e aos próprios anseios dos deficientes.

A palavra reabilitação não teve sempre o significado que hoje lhe atribuímos. Etimologicamente significa a acção de tornar a habilitar e era do uso corrente na linguagem económica ou na linguagem jurídica, traduzindo a recuperação social e a regeneração moral de um indivíduo.

A sua utilização pela medicina é mais moderna, entendendo-se por reabilitação o processo que conduz o indivíduo a recuperar total ou parcialmente a saúde física ou mental, perdida ou lesada, e a reintegrar-se na vida familiar, económica, social e profissional, de acordo com o grau de restabelecimento das suas capacidades funcionais. Refere-se, deste modo, aos indivíduos adultos, em desempenho das suas capacidades sociais de trabalho que, devido a um acidente numa dada altura da vida se vêem perante a impossibilidade de realização das suas tarefas habituais. Nesta perspectiva, o termo reabilitação tem uma significação médico-

funcional do indivíduo que se deficientou.

A noção de reabilitação é dinâmica que se desenrola ao longo de toda a vida do deficiente, data apenas dos anos 60. Em 1981, no ano em que se celebra o Ano Internacional do Deficiente, não é ainda um conceito pacífico, porque implica reconhecer que a deficiência é fundamentalmente uma relação entre o indivíduo e o ambiente e que diz respeito a toda a sociedade.

Alargado o conceito para uma perspectiva de interacção permanente entre o indivíduo e o meio que tem início mesmo antes do nascimento da pessoa, a reabilitação assume-se como um processo de desenvolvimento que acompanha o ciclo da vida numa permanente conjugação do indivíduo e da sua realização social. A reabilitação assim entendida não existe como um conjunto de acções que se destinam aos deficientes independentemente da sociedade em que vi-

vem. Não será o simples somatório de acções distintas (médicas, educativas, profissionais, etc.), mas deverá ser uma resposta ao indivíduo como um todo, integrado numa sociedade que lhe cria determinadas necessidades.

Assim se entendeu quando da criação do Secretariado Nacional de Reabilitação, se considerou que «...a reabilitação dos deficientes de qualquer natureza só poderá ser efectivada através de um organismo de composição pluridepartamental que planeie, coordene e articule as acções médicas, educativas, de formação profissional e de trabalho, de equipamentos, segurança social e outras, a cargo dos serviços a que for cometida a execução dos programas previamente definidos».

Todavia, queremos deixar claro, que a reabilitação e a integração social que defendemos não são, por si só, remédio para a incapacidade e para o isolamento dos deficientes, mas implicam verdadeiras transformações educacionais em todos nós como seja aceitarmos as diferenças, e que qualquer que seja o grau de deficiência há sempre uma possibilidade de desenvolvimento, np ttodosnós

BIBLIOTECA SONORA

ÉPOCA (A) CONTEMPORÂNEA, por Maurice Crouzet	Cas. 646/651
ÉPOCA (A) LUIS XIV (História ilustrada da Europa — 12.º vol.), por R. H. Hatton	Cas. 722
ERROS JUDICIAIS, por René Floriot	Cas. 885
ESQUITISMO PARA RAPAZES, por Baden-Powell	Cas. 914/915
ESQUADRILHA 633, por Frederik Smith	Cas. 765
ESTADO DE DIREITO E SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, por Elias Diaz	Cas. 214
ESTAMOS NO VENTO, por Fernando Namora	Cas. 271
ESTEIROS, por Soeiro Pereira Gomes	Cas. 319
ESTILÍSTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA, por M. Rodrigues Lapa	Cas. 114
ESTRANHOS QUE ENCONTRAMOS, por E. Hunter	Cas. 424
ESTRELAS PROPÍCIAS (Cinco filhas para casar), por Camilo Castelo Branco	Cas. 84
ESTRUTURA DA ECONOMIA INTERNACIONAL, por Ramôn Tamames	Cas. 489/490
ESTRUTURA E DINÂMICA DO SISTEMA COLONIAL, por Fernando Novais	Cas. 838
ESTRUTURA NA ANTIGA SCIEDADE PORTUGUESA, por Vitorino Magalhães Godinho	Cas. 195
ESTÚDIOS DE PSICOLOGIA, por Jean Piaget	Cas. 548
ESTUDOS SOBRE TEATRO, por Bertold Brecht	Cas. 766
ETERNIDADE, por Ferreira de Castro	Cas. 944
EU PERSEGUI EICHMAN, por Simon Wiesenthal	Cas. 814
EUGÉNIA GRANDET, por Honoré de Balzac	Cas. 301
EUGÉNIE GRANDET, por Honoré de Balzac	Cas. 408
EURICO, O PRESBITERO, por Alexandre Herculano	Cas. 95
EUSEBIO MACÁRIO, por Camilo Castelo Branco	Cas. 505
EVADIDO (O), por Stevenson	Cas. 699
EVOLUÇÃO (A) DA RÚSSIA, por Otto Hoetzsch	Cas. 669
EXISTENCIALISMO (O) É UM HUMANISMO, por Virgílio Ferreira e Jean Paul Sartre	Cas. 877
EXORCISTA (O), por William Peter Platty	Cas. 901/902
FACE SANGRENTA, por Virgílio Ferreira	Cas. 16
FACTORES (OS) DEMOCRÁTICOS NA FORMAÇÃO DE PORTUGAL, por Jaime Cortesão	Cas. 847
FADA (A) ORIANA, por Sophia de Mello Breyner Andersen	Cas. 317
FADA (A) TENTADORA, por Virgínia de Castro e Almeida	Cas. 123
FAMÍLIA (A) FORSYTH, por John Galsworthy	Cas. 107/110
FAMÍLIA (UMA) INGLESA, por Júlio Dinis	Cas. 224/225
FAMÍLIA (A) TRAPP (Música no coração), por Maria Augusta Trapp	Cas. 415/415-A
FARSA (A), por Raúl Brandão	Cas. 622
FASCISMO (O), por Mirella Bartolotti	Cas. 623
FATHER BROWN, por G. K. Chesterton	Cas. 833
FEDRO, por Platão	Cas. 497
FÉRIAS GRANDES, por Odette de Saint-Maurice	Cas. 66

FOI PUBLICADO O GUIA DO DEFICIENTE

Efectuada pelo técnico superior Manuel Dantas, Secretário-Adjunto do Secretariado Nacional de Reabilitação, a compilação das leis que estabelecem e asseguram em Portugal os direitos dos deficientes, saiu do prelo em Setembro de 1981 uma edição, por enquanto de divulgação limitada e restrita, que irá sem dúvida, quando distribuída, enriquecer e operacionalizar os serviços públicos que mais de perto lidam com a problemática dos Deficientes.

Consequentemente e do mesmo modo, cremos que esta publicação poderá ser um valioso auxiliar para a maior parte das organizações de deficientes, nos campos estatístico, histórico e informativo, possibilitando a sua análise, promovendo entre associações de deficientes a discussão da legislação existente, com o fito de corrigir as suas lacunas, alterar, com as ac-

tualizações indispensáveis, o seu articulado e propor consequentemente novas leis, onde os direitos dos deficientes apontem para a realidade já atingida noutros países da Europa.

É uma iniciativa com que a A. D. F. A se congratula, já que a mesma vem ao encontro de uma das implícitas conclusões do seu 2.º Congresso Nacional, realizado em Alcoitão a 15, 16 e 17 de Maio do corrente ano e que deverá contar, estamos certos, com todo o interesse, apoio e desenvolvimento por parte das entidades interessadas.

Não deve, no entanto, este curto preâmbulo ser considerado como um hino de hossanias à feliz lembrança, mas antes de reconhecimento pela importância que tal Guia terá para os deficientes portugueses e por ser, como o autor refere, a primeira obra do género em Portugal.

Após a sua publicação, está pois naturalmente aberto o canal da crítica, sempre construtiva evidentemente e enfim, digamos, demonstrativa do real interesse que a A. D. F. A. nutre por este trabalho.

Saliente-se contudo: e numa primeira análise, que esta obra encarna de algumas lacunas e desactualizações, que em próximos artigos nos em-

penharemos em demonstrar e que em nosso entender importam esclarecer, completar e aprofundar, praticizando esta realização através do empenho das associações de deficientes, poder político e dos próprios deficientes, a fim de que este trabalho não venha a ser estéril, mas antes se aperfeiçoe em forma constante e dedicada.

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO
PASSA A DEPENDER
DO MINISTRO DE ESTADO E QUALIDADE DE VIDA

Por despacho do Primeiro-Ministro (Despacho Normativo n.º 256/81 publicado no Diário da República de 24 de Setembro, o Secretariado Nacional de Reabilitação passa a depender do Ministro de Estado e Qualidade de Vida, arquitecto Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.

O Secretariado Nacional de Reabilitação, que, nos termos do Decreto-Lei n.º 346/77, está integrado na Presidência do Conselho de Ministros, dependia ultimamente do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, em quem este havia delegado as suas competências para este efeito.

Parce-nos positivo este despacho, passando o Secretariado a depender de um Ministro em vez de um Secretário de Estado em princípio mais funcional, já que o ideal seria depender directamente do Primeiro-Ministro a fim de se poder afirmar de facto como organismo coordenador das várias acções de reabilitação que decorrem pelos serviços dos diferentes Ministros.

No sentido de uma acção comum

A ADFA ESTÁ A REALIZAR
REUNIÕES COM OUTRAS
ASSOCIAÇÕES
DE DEFICIENTES

Considerando da maior importância e oportunidade uma análise conjunta das várias questões de interesse para todos os deficientes portugueses, especialmente em função das conclusões do 2.º Congresso Nacional da ADFA e das comemorações do AID, a Direcção Central da ADFA está a realizar reuniões com as Direcções de outras Associações de deficientes.

A primeira reunião realizou-se com a Direcção da APD (Associação Portuguesa de Deficientes) no passado dia 22 de Setembro na sede da ADFA em Lisboa. Neste encontro concluiu-se da necessidade de uma conjugação de esforços de todos os deficientes, procurando-se encontrar as formas adequadas em posteriores reuniões a realizar.

No dia 29 de Setembro, a Direcção Central encontrou-se com a Direcção da Associação de Cegos Luís Braille, onde se chegou a idêntica conclusão.

No Porto tem-se realizado reuniões entre os órgãos dessa Zona da ADFA e a Direcção da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, em que se tem procurado discutir as formas práticas necessárias à afirmação colectiva de todos os deficientes portugueses.

No dia 2 de Outubro a Direcção da ADFA encontra-se em Lisboa com a Direcção da Associação Portuguesa de Surdos.

Outras Associações foram já convidadas para reuniões que se realizarão brevemente.



A ADFA NAS COMEMORAÇÕES DO ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

No cumprimento do programa elaborado no início do ano, a ADFA continua cada vez mais empenhada nos comemorações do AID. Um empenhamento que tem duas frentes: a nível associativo, com desenvolvimento de actividades próprias, e a nível da Estrutura organizativa oficial. Entre estas duas frentes há uma interligação, ao ponto de a segunda condicionar a primeira. Efectivamente, a forma apagada como têm decorrido as comemorações oficiais, cria um vácuo a nível nacional, em que o esforço para desenvolver actividades particulares tem que ser redobrado. Isto, essencialmente, porque cada acção particular da ADFA, por exemplo, tem que abrir o seu próprio caminho, em terreno por desbravar. Isto é, num ambiente em que se ignora o que é o Ano Internacional do Deficiente.

Apesar de tudo, a ADFA continua empenhada nas suas próprias comemorações, como o comprovam as notícias aqui publicadas, sobre as várias acções realizadas e a realizar.

De entre essas acções, vêm-se evidenciando, de forma especial, o desporto, em que se encontra empenhado um entusiástico grupo de sócios, especialmente da Sede. O desporto para deficientes tem nestes últimos tempos dado uma boa imagem da ADFA e um contributo importante para as comemorações do AID.

Entretanto, dado que o final de 1981 se aproxima, o esforço da ADFA vai sendo agora cada vez maior, empenhando-se especialmente no sentido de que as comemorações do AID se tornem mais do domínio público, tanto através das suas actividades próprias, como na sua acção no âmbito da Estrutura Oficial das Comemorações.

JOGOS FLORAIS NA ADFA

ENTREGA DE TRABALHOS PODE SER FEITA ATÉ 30 DE OUTUBRO

Devido a anomalias verificadas na distribuição de correspondência por parte dos CTT, o concurso de Jogos Florais já anunciado no último número do «ELO» manter-se-á até ao final do corrente mês para que todos possam participar.

O prazo de entrega dos trabalhos inicialmente marcado para 30 de Setembro é prolongado até ao dia 30 de Outubro. Este concurso é aberto a todas as pessoas deficientes ou não. Para maior esclarecimento voltamos a repetir o regulamento do concurso.

REGULAMENTO

1. Os jogos serão compostos das seguintes modalidades.

Narrativa, Poesia e Fotografia.

2. Os trabalhos terão como tema obrigatório, a problemática dos Deficientes e/ou guerra colonial.

3. Todos os Trabalhos terão de dar entrada na sede da ADFA, até às 18 horas do dia 30 de Outubro de 1981. Os enviados através dos CTT, não poderão ter data posterior a 30 de Outubro, no respectivo carimbo.

4. Os trabalhos terão de ser dactilografados em folhas de papel A4.

5. A forma literária da

narrativa, fica ao livre critério do autor.

6. Os trabalhos serão assinados pelo autor com pseudónimo e enviados em envelopes, conjuntamente com outro envelope lacrado onde constará a identificação do autor.

7. Os concorrentes poderão participar com todos os trabalhos que entenderem, tendo no entanto de os enviar em separado (um trabalho em cada envelope).

8. A fotografia não tem qualquer limitação de formato ou cor e pode ser moderna ou antiga.

9. Todos os trabalhos terão de ser inéditos.

10. A ADFA reserva-se

o direito de reproduzir todas as obras enviadas para futuras iniciativas de carácter cultural, individuais ou colectivas, salvo indicação contrária dos autores.

11. Os trabalhos serão apreciados e classificados por júri da responsabilidade da ADFA.

12. A seguir à apreciação dos trabalhos estes serão expostos e os prémios atribuídos em sessão pública de intervenção cultural.

13. Serão atribuídos prémios até ao 10.º lugar por cada modalidade. Os prémios, ainda não revelados, constituirão uma surpresa agradável para os contemplados.

NOTA: 1. Situações não previstas no presente regulamento serão da competência da Comissão da ADFA para o A. I. D..

2. Todos os trabalhos devem ser dirigidos:

A ADFA
Concurso de Jogos Florais
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 Lisboa Codex

MUNICÍPIOS DE ARRONCHES, SERPA E BARREIRO ATENTOS AO AID

Com a colaboração da Câmara Municipal de Arronches e o empenhamento do nosso sócio Vítor Bengala, vereador daquela autarquia, representantes e desportistas da ADFA deslocaram-se àquela vila alentejana, onde, de 6 a 12 de Setembro, se realizaram várias actividades integradas no AID. Destacamos a exposição de fotografias sobre a problemática do deficiente, projecção de filmes, jogo de basquetebol em cadeira de rodas, cabendo a vitória à equipa da ADFA e ainda estafetas e gincanas em cadeiras de rodas, tendo terminado na

tarde do dia 12 com um jantar de franco convívio.

Também no passado mês de Agosto, apesar das férias, as iniciativas desportivas a nível da ADFA não estiveram paradas, tendo-se realizado no dia 15 uma tarde de convívio desportivo na Vila de Sines, com um jogo de basquetebol em cadeiras de rodas e um almoço de confraternização oferecido por aquela Câmara Municipal, tendo contado com o apoio e participação do Sr. Presidente e alguns vereadores, entre outros.

No dia 22, a convite da Câmara Municipal de Serpa e com o apoio desta, reali-

zou-se naquela vila um jogo de basquetebol em cadeira de rodas seguido de um almoço de convívio com a presença de vereadores em representação da referida Câmara que atribuíram prémios a ambas as equipas tendo sido vencedora a nossa equipa.

No dia 23 e também a convite da Câmara Municipal do Barreiro realizou-se naquela vila uma tarde de convívio com um jogo de basquetebol em cadeiras de rodas entre as equipas da ADFA e JOANITAS. Participou ainda no encontro a APD tendo sido oferecido um almoço pela Câmara Municipal do Barreiro.

O DESPORTO NO AID

ENCONTRO INTERNACIONAL NO ALGARVE — EIA '81 EM FINS DE OUTUBRO

No âmbito do Ano Internacional do Deficiente e organizado pelo LIONS Clube da Quarteira com a colaboração das Associações de Deficientes, realiza-se, de 26 de Outubro a 1 de Novembro, o Encontro Internacional do Algarve na Aldeia das Açoteias. Neste encontro, além de actividades culturais, participam cerca de 200 atletas Nacionais e 150 estrangeiros nas seguintes modalidades: Atletismo, Futebol de Salão para cegos, Natação, Ping Pong, Tiro ao Arco, Basquetebol em Cadeira de Rodas e Xadrez. No EIA '81 participam apenas grandes deficientes cegos, amputados, paraplégicos, etc.

A ADFA, dentro duma linha de conduta que norteou a sua criação como

força colectiva pugnando pela defesa intransigente dos direitos dos deficientes e pela consciencialização da população com vista a obter uma salutar e autêntica reintegração, participará neste torneio internacional em todas as modalidades.

A nossa representação é composta por cerca de 40 elementos que se encontram neste momento empenhados nos treinos de preparação, sobretudo os atletas de basquetebol em cadeiras de rodas que têm treinado no campo desportivo do RALIS cujo comandante gentilmente cedeu.

Os sócios participantes nas diversas provas estão dispostos a competir com os demais deficientes e não apenas participar num «apa-

rato demonstrativo de deficientezinhos» que se deslocarão ao Algarve onde lhes são proporcionadas determinadas condições de acesso a um dos pontos turísticos dos mais luxuosos do País, porque o desporto competitivo não deve nem pode ser monopólio dos que não sofreram até agora qualquer mazela ou ainda dos que mecanicamente profissionalizados arrastam multidões que muitas vezes esquecem os problemas sociais que, em alguns casos, muito de perto lhes tocam.

A ADFA, como força viva e progressista, saberá demarcar-se de tais propósitos e tudo fará para dignificar o deficiente levando ao conhecimento da Nação as suas reais potencialidades.

ADFA EDITA POSTER

PARA AFIXAR NA CARRIS

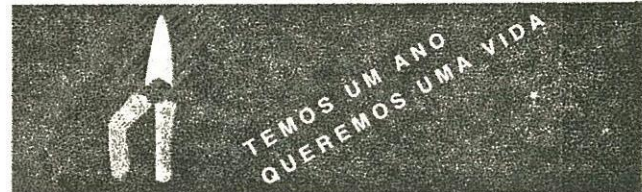
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS



1981



ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE



UMA SOCIEDADE CONSCIENTE NÃO REJEITA O DEFICIENTE

O GOVERNO NÃO PODE IGNORAR DIREITOS DOS DEFICIENTES

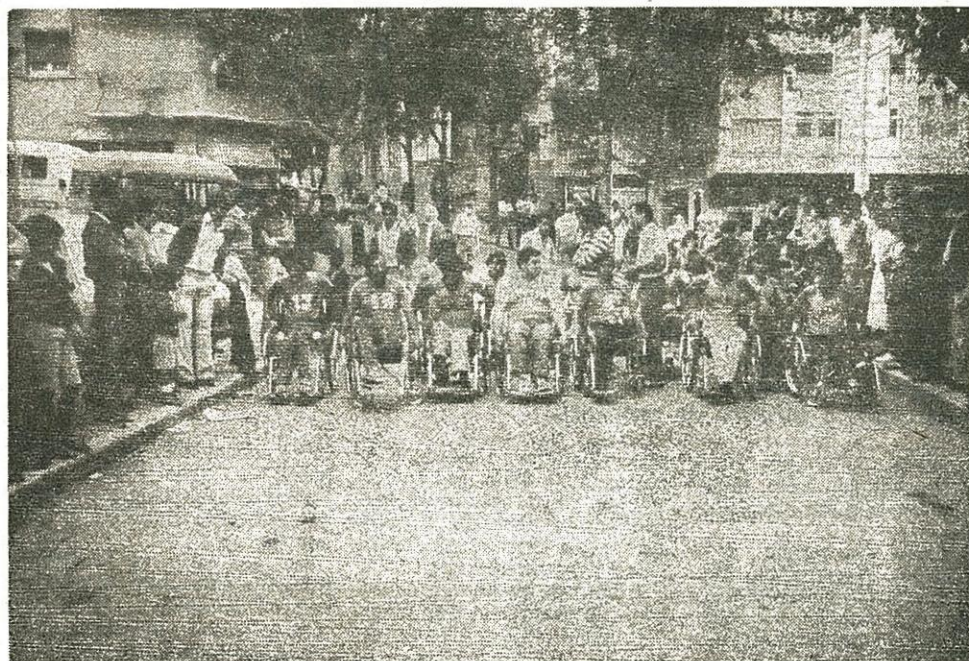
NUM ESFORÇO CONJUNTO

ADFA E CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA NAS COMEMORAÇÕES DO AID

A ADFA, em conjunto com a Oficina de Cultura da Câmara Municipal de Almada, levou a efeito várias realizações de carácter cultural e desportiva, nos passados dias 26 e 27 de Setembro, das quais destacamos, no Sábado 26 a participação de um grupo musical «Brigada Semear», que, a convite da ADFA, animou a tarde e a noite de Sábado com canções, música e poesia. No intervalo houve um debate sobre «o deficiente e a sociedade». À noite, cerca das 22 horas, foram projectados filmes

sobre a problemática do deficiente e houve ainda um colóquio sobre «o Poder Local e o Deficiente». No Domingo à tarde houve um jogo de basquetebol em cadeiras de rodas, gincanas e um lanche de convívio com a presença do vereador dos Assuntos Sociais, em representação da Câmara. Temos participado em várias iniciativas do género, com outras autarquias e organizações, mas, até agora, foi aqui que vimos a problemática do deficiente ser tratada conjuntamente com outras ques-

tões. Na exposição que se encontra patente ao público, na Oficina de Cultura, encontramos os problemas dos deficientes a serem tratados ao mesmo nível que outros problemas sociais e culturais, tais como a habitação, transportes, pintura, arqueologia, etc. Nos debates, bastante participados, esteve também presente um representante da APD, onde foram tratados os principais problemas que afectam os deficientes. O não cumprimento por parte do Poder Central das reco-



Um aspecto da gincana em cadeira de rodas realizada em Almada

mendações da ONU para este AID e a falta de vontade política em aprovar os projectos de Lei já há muito elaborados, entre outras, foram algumas das questões abordadas.

De salientar a sensibilidade demonstrada pelos responsáveis da Câmara Municipal no que respeita à tentativa de resolução de alguns dos problemas com que se deparam os defi-

cientes naquele concelho. Este empenhamento da Câmara Municipal de Almada é um bom exemplo, que deveria ser seguido por outras autarquias e entidades.

COM A COLABORAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

ADFA COMEMORA AID EM CASTELO BRANCO

Através da nossa delegação de Castelo Branco e em colaboração com a Câmara Municipal, realizam-se naquela cidade, nos próximos dias 16, 17 e 18 de Outubro, várias actividades no âmbito do AID. Assim, no dia 16, pelas 20 horas, será aberta ao público uma exposição de fotografias, nas instalações da Câmara Municipal, sobre a problemática do deficiente, a qual se manterá até ao dia 25. No sábado, dia 17, pelas 17 horas, haverá projecção de filmes. Às 21 horas um debate público sobre «o deficiente e a sociedade».

dos pertencentes à delegação de Castelo Branco, dando, com a sua presença um carácter mais associativo e de acordo com o espírito dos deficientes àquelas realizações. A Direcção da delegação está empenhada em fazer despertar o interesse da população em geral para aquelas actividades comemorativas do Ano Internacional do Deficiente. Comissão Nacional da ADFA para o AID, e dos órgãos centrais nomeadamente no debate a realizar no dia 17.

COLÓQUIO NA ADFA

Dando cumprimento ao nosso programa de intervenção para o AID, realizar-se-á na Sede da ADFA um importante colóquio sobre o tema «O Deficiente e o mundo do Trabalho», no próximo dia 2 de Outubro pelas 21 horas, contando desde já com a presença para o referido debate das Centrais Sindicais (CGTP/IN e UGT), um representante do Centro de Deficientes da Secretaria de Estado do Emprego e o Presidente da Comissão de Reabilitação da mesma Secretaria de Estado. Foram convidadas várias individualidades ligadas à problemática do deficiente, aguardando também a presença e participação de muitos associados.

A actuação das entidades governamentais neste campo e a posição da CIP face ao relatório sobre acesso de deficientes ao mercado de trabalho, entre outras, serão algumas das questões tratadas.



AINDA NÃO FOI CONSTITUÍDA A COMISSÃO PARLAMENTAR EVENTUAL PARA O AID

No Jornal «Elo» n.º 93, de Julho de 1981, noticiámos que a proposta n.º 8/1 do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, aprovada por unanimidade em Janeiro do corrente ano e que criava, no âmbito da Assembleia da República, a Comissão Parlamentar Eventual para o Ano Internacional do Deficiente, ainda não se encontrava formada, dado que 2 partidos políticos ainda não tinham nomeado os seus representantes para integrarem aquela Comissão.

Como naturalmente se compreende, a A. D. F. A., transmissora dos anseios de milhares de Deficientes, continuou apreensiva e preocupada pela inoperância e desinteresse demonstrado por esses partidos, em preparar e realizar legislativamente o Ano Internacional do Deficiente.

Nesse sentido, desenvolvemos as diligências necessárias, a fim de sermos informados do estado de accionamento da formação da referida Comissão, registando que a mesma se encontrava ainda por constituir.

Pergunta-se se os deficientes e a sua problemática apenas merecem o interesse de momento e a dedicação eleitoral dos partidos políticos, remetendo aqueles, de imediato, ao esquecimento e à sobrevalorização de prioridades discutíveis a sua situação?

Obteve ainda a D. A. F. A., junto do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a informação sobre o desenvolvimento constante de esforços, no sentido de acelerar a formação daquela Comissão e de iniciar os trabalhos, cujas conclusões de há algum tempo são esperadas.

Para quando a constituição da Comissão Parlamentar Eventual para o Ano Internacional do Deficiente? Para 1981 ou para o esquecimento?

ADFA RECEBE DELEGAÇÃO DO HOSPITAL MILITAR DE HAMBURGO

A ADFA vai receber, no dia 7 de Outubro, na sede em Lisboa, uma delegação do Hospital Militar de Hamburgo constituída por pessoal médico e paramédico que têm tratado muitos defimadas portuguesas que se tem deslocado à Alemanha em tratamento, nomeadamente para adaptação de próteses.

Esta delegação deslocar-se a Portugal a convite das autoridades militares. A ADFA conseguiu que o Estado Maior do Exército incluísse no programa oficial uma recepção na Associação. A ADFA foi ainda, por gentileza do Chefe do Estado Maior do Exército, convidada para outras cerimónias que terão lugar no âmbito desta visita oficial.

A ADFA vai, aproveitar esta oportunidade para expressar o reconhecimento dos deficientes das Forças Armadas à equipa que no Hospital Militar de Hamburgo sempre lhes dispensou o maior apoio, e mesmo carinho, além de um serviço de qualidade técnica e eficiência oportuno para a necessária reabilitação funcional.

Está ainda prevista, no âmbito desta visita, a realização de uma sessão na ADFA com projecção de «slides» e intervenção de técnicos de recuperação da

delegação alemã e para a qual não ser convidados os serviços de reabilitação portugueses e os órgãos de informação.

No próximo número de «Elo» noticiaremos desenvolvimentos e estas realizações.

CAIXA DE FÓSFOROS COM SÍMBOLO DO AID

A Fosforeira Portuguesa vai fazer sair proximamente uma caixa de fósforos com o símbolo do Ano Internacional do Deficiente.

A importância desta iniciativa da FP é a divulgação que irá ser feita a nível do público em geral, um pouco tardia. Talvez, de que o Ano de 1981 é um ano muito especial para todos os deficientes. Não é (não foi) durante um ano que se resolvem os problemas

CONSERVAR FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E EM LUGAR SECO

Ano Internacional dos Deficientes



1981

FOSFOREIRA PORTUGUESA — ESPINHO CONTEÚDO MÉDIO — 120 FÓSFOROS GRANDES. P.V.P. 4,50

LÊ ASSINA DIVULGA

dos deficientes, mas queremos acreditar que, através de pequenas iniciativas como esta, por exemplo, as pessoas irão sendo sensibilizadas para as grandes mudanças sociais, económicas e ideológicas que farão da nossa comunidade social um ambiente diferente, dispondo das estruturas necessárias para que cada cidadão o possa ser completamente.

TORNEIO INTERASSOCIAÇÕES

Está a disputar-se um torneio de basquetebol em cadeira de rodas organizado pela Direcção Geral dos Desportos, com a participação de uma equipa da ADFA, duas equipas da APD, uma equipa das Joanitas e duas equipas de Alcoitão.

O 2.º jogo deste torneio realizou-se no dia 26 de Setembro.

A equipa da ADFA marcou até agora uma participação de destaque e afirma-se como uma das favoritas neste torneio.

PÁGINA CULTURAL

FEZ UM ANO QUE MORREU BERNARDO SANTARENO

A ADFA, um ano depois da morte de Bernardo Santareno, quer recordá-lo pelo que ele lutou ao lado de muitos dos seus sócios cegos, quando, na Fundação Sain, eles sentiram na solidão da sua cegueira o conforto e a ternura de um amigo.

Bernardo Santareno nasceu em 1924 em Santarém, morreu em Lisboa a 31 de Agosto de 1980.

Bernardo Santareno é o pseudónimo que António Martinho do Rosário escolhe para a sua obra literária, mantendo na vida civil o seu verdadeiro nome.

Formado em medicina, trabalha nos hospitais e mais tarde faz duas campanhas nas frotas bacalhoeliras, nos mares da Terra Nova e do Gronelândia, experiência dramática de que nasce a peça teatral *«Lugre e as narativas «Nos Mares do Fim do Mundo»»*.

Pedagogo, faz um espantoso trabalho em prol dos cegos na Fundação Sain e no Instituto de Orientação Profissional como psicólogo. A sua memória perdura como Mestre e Amigo nestes estabelecimentos.

Como cidadão livre, nascido para a liberdade, Bernardo Santareno escreve a um ritmo ofegante. Dramaturgo consciente, dá-nos nas suas peças a angústia e o desespero que o torna o grande criador contra o espartilho moral e social do País. Rejeita a condenação, reivindicando o direito à sobrevivência, revolta-se contra o código do bem e do mal que lhe impõem.

Raramente a censura lhe

permite a alegria suprema de ver as suas obras representadas no palco. Não desanima, continua a escrever e publicar textos dramáticos voltando-se para os leitores.

A obra de Santareno salienta-se no teatro em três fases.

Na primeira é o trágico que



predomina, na segunda o trágico equilibra-se com o político e numa terceira fase há predominância absoluta do político.

Considerado o maior drama-

turgo português dos nossos dias, Santareno disse: — A justiça quando chega é tarde, corre o sério risco de já não ser justiça.

Na sua peça *«JUDEU»*, Bernardo Santareno ao pôr em cena a perseguição e a tortura infligidas pelo Santo Ofício a António José da Silva, denunciava a situação que sob o fascismo a censura impunha aos escritores e intelectuais, ou em termos mais gerais a PIDE impunha ao povo português de que ele próprio foi vítima.

É desta sua peça que extraímos a fala final do personagem, Cavaleiro de Oliveira, a seguir transcrevemos.

(Entre o desespero, a indignação rebelde e a ironia melancólica.) Com as carnes e os ossos desconjuntados, quem resistirá «a confessar os crimes imputados e tantos quantos se queira, dos quais nem idela sequer lhe passou pelo entendimento?... Alembra-me o caso que foi daquele fidalgo português o qual, «tendo sido informado que o seu médico particular estava encarcerado sob denúncia de judaísmo, escreveu a um dos inquisidores, pedindo-lhe a soltura do homem com garantir-lhe de baixo de palavra que se tra-

tava de bom cristão. Não aceitou o inquisidor, e levado a tormentos, confessou o preso que era judeu, pelo que foi condenado à perda de bens e desterro. Antes, porém, de partir a cumprir a pena, teve o desgraçado prática com o protector, onde lhe reiterou que era cristão de verdade e que só a poder de tormentos, superiores às suas forças, fizera a confissão falsa de judeu e judaizante. Estimulado, o fidalgo fingiu-se doente e mandou pedir ao inquisidor para o vir visitar. Apareceu este e as primeiras palavras de boa vinda foram que fizesse por escrito declaração de judeu e a assinasse. Como tivessem recusado, deu o fidalgo ordem aos criados para que lhe trouxessem um capacete em brasa, que adrede haviam preparado. Foi quanto bastou; à simples ameaça de suplício, o inquisidor chamou o nobre de parte e de seu próprio punho lavrou e firmou a confissão de judaizante.

— O meu médico — disse — lhe então o dono da casa — confessou pela mesma maneira. Há apenas uma diferença: ele foi sujeito à tortura, enquanto o senhor apenas intimidado!...

Deste jeito, cuidam de garantir, no reino de Portugal, o regramento dos corpos e a salvação das almas. Por estes meios e instrumentos, sempre pela suave persuasão ditados e na livre consciência de cada um inseridos, é que as forças do Poder seguram e asseguram, com a ordem, a fidelidade dos seus bem-amados súbditos...! Deo gratias! Perguntado, vinte e quatro horas depois de ter sido posto a tormento, «se era verdade o que então dissera, e o afirmava, ratificava e dizia de novo, sem medo, força ou violência alguma», António José da Silva, recusando-se a assinar o rol das suas confissões obrigadas, todas serenamente desdisse e negou. Igualmente submetidas aos tratos do polé, Lourença e Leonor também não resistiram e, de quanto os inquisidores quiseram, elas se acusaram. Tendo Lourença Coutinho implorado que, por piedade pelos seus anos e corporal fraqueza, a poupassem ao tormento de polé, antes a pondo em tratos no potro... respondeu lhe foi, *com muita caridade*, que tal cousa não podiam fazer-lhe visto que, sendo ela mulher, «atentar tinham por sua honestidade... Com tantos males, injustiças e atroz violências, as quais vergando-as quase loucas as deixaram, a sorte má de todo não foi para com as duas mulheres: Aceites como boas confitentes, o Santo Ofício, usando de misericórdia, poupou-lhes as vidas. Em um mesmo auto público de fé, o qual oficiado foi na Igreja de São Domingos, os três desgraçados troncos desta infeliz família, como penitentes, obrigados foram a comparecer: Imaginai, se puderdes, qual o suplício de Lourença e o de Leonor, quando ouviram proclamar a sentença que, com relaxarem-no em carne ao ramo secular, condenava à morte, na fogueira, aquele moço de *trinta e quatro anos*, da primeira filho, marido da segunda!...

(Sinos das igrejas de Lisboa, anunciando o auto público de fé. Num calafrio, logo o Cavaleiro de Oliveira se interrompe. Silêncio angustiado. Indicando com a cabeça os sinos, os lábios amolecendo-se-lhe num desalento sorriso.) E assim chegados somos ao cabo desta narativa, a qual, entre outras cousas — que principais são e não secundárias! —, é a história de uma vida. História verdadeira,

em os seus acontecimentos de raiz. Vida que vivida foi por um homem do *meu tempo*, com quem tive e mantive comércio de amizade. *Vida real*, de carne, sangue e alma. Ai, quanto gostaria de ter sido eu a imaginá-la!... *Começa a ouvir-se, distante, o hino «Exurge Domine...»* Trinta e quatro anos!... (Silêncio ferido.) Pela paradoxal e íntima natureza das cousas deste mundo, todas as violências, as mais negras e injustas, em si mesmas ocultam uma semente clara de justiça: Com o narrar-vos a história desta vida truncada, semente eu queria, em os vossos corações e entendimentos, este grão novo e puro de força, de coragem, de rebeldia; esta semente de justiça, nascida do sangue e das cinzas, do padecimento e do pavor de milhares e milhares de humana criaturas doentes de injustiça, imoladas — na humilhação, na tortura e na morte mais horrorosa! — ao poder duma minoria possessa das negras forças da violência. (Pausa. *Húmido de ternuras e angústia, profundo, patético mesmo.*) Cerrados uns contra os outros, lutai, combatei com quanto alento tiverdes, para que os atroz acontecimentos que aqui me ouvistes contar não mais voltem a acontecer neste provado Reino! *NUNCA MAIS*. Olhai que o Santo Tribunal da Inquisição mais não é que o corpo visível, a aparência mortal dum *espírito de trevas*, e que este espírito... vivo por certo persistirá, nesta Nação, cuido tempo ainda após a morte do Santo Ofício! Outros corpos mui diversos e numerosos ele há-de no tempo tomar, até... até que de todo se extinga. *Este dia chegará*. De o tempo da luz chegar, certo e seguro eu estou: Como certos estão os meus olhos de os vossos graciosos rostos verem, e seguras estão Vossas Senhorias de a minha devastada face ora mirarem. (Dolorosamente:) Quando?... Quando?!... (Gravemente tornando-se agudo, objectivo:) Deixando-vos, entregar-vos quero o sagrado espólio do Judeu. À guarda dos vossos corações e inteligências ele ficará. Da

parte de António José da Silva, *agonizante*, mandado sou a dar-vos:

A sua INOCÊNCIA.
A sua JUVENTUDE quebrada.

O MEDO que em todos os actos da sua vida, os mais simples e naturais, misturou cobras vigilantes.

A sua CORAGEM de artista, a fidelidade do seu espírito ao do Teatro, lugar de justiça, banco da verdade, aonde souso despir de suas opulentas vestes aqueles muitos que *nada sendo*, com o vestí-las, disfarçados de *tudo* correm a vida e o mundo.

A sua mortal ANGÚSTIA, o suor de aço e sangue que, neste momento, lhe morde a fronte; ali, na Igreja de São Domingos, no templo do horror, enquanto esperando está pela sentença que na fogueira o há-de lançar.

ORFANDADE dos seus dois filhos.

A VIUVEZ martirizada da sua jovem mulher.

A MATERNIDADE cuspidada e esventrada, até às fezes e ao fel, da sua velha e santa mãe.

A sua pública e horrorosa AGONIA, amarrado ao poste nefando do braseiro.

As obras de Bernardo Santareno estão publicadas em 14 volumes, sendo 13 peças de Teatro e uma em prosa:

- «Teatro» (1957)
- «A Promessa» (1959)
- «O Lugre» (1959)
- «O Crime de Aldeia Velha» (1959)
- «António Marinheiro» — «O Edipo de Alfama» (1960)
- «Os Anjos e o Sangue» (1961)
- «O Duelo» (1961)
- «O pecado João Agonia» — «Irmã Natividade» (1961)
- «Anunciação» (1962)
- «O Judeu» (1966)
- «O Inferno» (1967)
- «A Traição do Padre Martinho» (1969)
- «Português, escritor 45 anos de idade» (1974)
- «Nos Mares do Fim do Mundo» 1959 (prosa).

ASPECTOS ARTÍSTICOS DE LISBOA

A PRAÇA DO COMÉRCIO

A Praça do Comércio é um largo muito amplo e sem arborização, dando para o Tejo, do lado Sul, e sendo rodeada, dos outros, por edifícios uniformes sob o ponto de vista arquitectónico: um pavimento térreo com arcadas, sobrelongas e dois andares. Nas duas extremidades das galerias «Este» e «Oeste» da banda do Sul, há dois corpos mais salientes encimados por torções de linhas sóbrias e elegantes, tendo troféus nos ângulos. Nestas edificações encontram-se instalados vários ministérios e repartições públicas.

Durante o reinado de D. Manuel I, a Praça do Comércio tinha o nome de Terreiro do Paço. Era para ele que deitavam os Paços da Ribeira, onde D. Manuel viveu e morreu, em 1521.

Ocuparam primitivamente toda a Ala Oeste e Norte, até ao ponto em que é hoje a Rua Augusta, mas foram sucessivamente ampliados por Filipe I e D. João V. Em 1755 o terramoto destruiu-os.

O Arco da Rua Augusta levanta-se a meio das construções que ficam do lado Norte da Praça do Comércio, tendo a sua face mais bela voltada para o Tejo. É sobrepujado por um grupo alegórico do escultor Calmels, simbolizando a Glória coroando o Génio e o Valor, e pelas estátuas de Vasco da Gama e Viriato, que estão por baixo da alegoria. Aos lados, vêem-se as figuras simbólicas do Tejo e do Douro. As últimas estátuas são do escultor Vítor Bastos. Ao centro da mesma praça, sobre um estrado de

seis degraus, ergue-se o plinto do monumento comemorativo do rei D. José I. É ladeado por dois grupos alegóricos: a Fama e o Triunfo. Entre eles, eleva-se o pedestal, tendo na face norte um baixo relevo que representa a Generosidade Real, apresentando a Arquitectura, o Comércio e a Providência, amparada pelo Governo do Estado que o Amor de Virtude guia. No alto do pedestal destaca-se a figura de D. José a cavalo, vestido à maneira romana e empunhando o ceptro. No plinto sobressai o medalhão do Marquês de Pombal, que D. Maria I, por morte de D. José, seu pai, mandara retirar, mas que, por decreto, foi em 1835 repostado no seu lugar. Os primeiros modelos deste monumento são do artista Machado de Castro.



AUTOR DA POESIA ENTREGUE NA ADFA COM O TÍTULO «NÃO ESTAMOS À MARGEM» DEVE CONTACTAR URGENTEMENTE A Direcção DA ASSOCIAÇÃO

Solicita-se ao sócio que entregou há meses na sede da ADFA em Lisboa uma poesia com o título «NÃO ESTAMOS À MARGEM» que entre, o mais urgente possível, em contacto com a Direcção da Associação.

A poesia não está assinada e a pessoa que a recebeu na Associação não consegue recordar-se do sócio que lha entregou.

Pretende-se identificar o autor da poesia a fim de proceder à sua publicação. Pensa-se ainda, depois de referenciado o autor, levá-la em consideração, conjuntamente com outras, para a possível edição de um disco ainda durante este ano (A. I. D.), pelo que se torna, de facto, importante e urgente o autor contactar a Direcção da Associação.

Para melhor referenciar a poesia, reproduzimos aqui a primeira quadra:

Trazemos no corpo as marcas da guerra o chumbo e a mágua o sangue a a terra.

PÁGINA CULTURAL

UM CONTO DE EÇA DE QUEIROZ

ALGUNS DADOS SOBRE O AUTOR

— José Maria Eça de Queirós nasceu na Póvoa do Varzim em 25-11-1845. A família pertencia à burguesia culta e seu pai era magistrado. Estas circunstâncias influenciaram muito todo o decorrer da sua vida e obra.

Estudou Leis em Coimbra e surge como escritor quase no fim do curso. Na revista «Gazeta de Portugal», publica os folhetins «Notas Marginais», hoje reunidos num volume com o nome de «Prosas Bárbaras». Finalizado o curso de advogado, vem para Lisboa onde se estabelece com um escritório. Vai, no entanto, para Évora, pouco depois, para dirigir o jornal bissemanário «Distrito de Évora» durante um pequeno período.

Entretanto faz uma viagem pelo Oriente, para assistir à inauguração do Canal do Suez.

Em 1872 concorre à carreira diplomática e foi mandado para Havana, depois para Londres. É também a partir desta data que Eça de Queirós se vai afastando de Portugal e acaba por estabelecer-se definitivamente em Paris onde vive até ao fim dos seus dias. Morre em Neuilly (arredores de Paris) em 16-8-1900.

Muito bom observador e crítico da sociedade do seu tempo, as suas obras são um reflexo de tudo quanto «bebeu» nas suas viagens e na sociedade que frequentou. Mostra-nos um panorama social hipócrita e recalado por conceitos educacionais rígidos, austeros e decadentes.

Das suas obras mais importantes ressaltam: O crime do Padre Amaro, O Primo Basílio, Os Maias, A Relíquia, de entre vários volumes de contos, (donde é extraído o que a seguir se transcreve, Cartas e Folhetins.

O TESOURO

Os três irmãos de Medranhos, Rui, Guanes e Rostabal, eram então, em todo o Reino das Astúrias, os fidalgos mais famintos e os mais remendados.

Nos Paços de Medranhos, a que o vento da serra levava vidraça e telha, passavam eles as tardes desse Inverno, engelhados nos seus pelotes de chameião, batendo as solas rotas sobre as lajes da cozinha, diante da vasta lareira negra, onde desde muito não estalava lume, nem fervia a panela de ferro. Ao escurecer devoravam uma cõdea de pão negro, esfregada com alho. Depois, sem candeia, através do pátio, fendendo a neve, iam dormir à estrebaria, para aproveitar o calor das três éguas lazentas que, esfarrasadas como eles, roíam as traves da manjedoura. E a miséria tornara estes senhores mais bravios que lobos.

Ora, na Primavera, por uma silenciosa manhã de domingo, andando todos três na mata de Roquelanes a espigar pegadas de caça e a apañar tortulhos entre os róbles, enquanto as três éguas pastavam a relva nova de Abril — os irmãos de Medranhos encontraram, por trás de uma moita de espinheiros, numa cova de rocha, um velho cofre de ferro. Como se o resguardasse uma torre segura, conservava as suas três chaves nas suas três fechaduras. Sobre a tampa, mais decifrável através da ferrugem, corria um dístico em letras árabes. E dentro, até às bordas, estava cheio de dobrões de ouro!

No terror e esplendor da emoção, os três senhores ficaram mais lívidos do que círios. Depois, mergulhando furiosamente as mãos no ouro, estalaram a rir, num riso de tão larga rajada que as folhas tenras dos olmos, em roda, tremiam... E de novo recuaram, bruscamente se encaram, com os olhos a fla-

com força. Imediatamente Guanes, desanuviado, saltou na égua, meteu pela vereda de olmos, a caminho de Retortilho, atirando aos ramos a sua cantiga costumada e dolente:

Olé! Olé!
Sale la cruz de la iglesia,
Vestida de negro luto...

II

Na clareira em frente à moita que encobria o tesouro de que os três tinham desbastado a cutiladas) um fio de água, brotando entre rochas, caía sobre uma vasta laje escavada, onde fazia como um tanque, claro e quieto, antes de se escoar para as relvas altas. E ao lado, na sombra de uma faia, jazia um velho pilar de granito, tombado e musgoso. Ali vieram sentar-se Rui e Rostabal com os seus tremendos espadões entre os joelhos. As duas éguas retocavam a boa erva pintalgada de papoulas e botões-de-ouro. Pela ramaria andava um melro a assobiar. Um cheiro errante de violetas adoçava o ar luminoso. E Rostabal, olhando o Sol, bocejava com fome.

Então Rui, que tirara o sombrero e lhe cofiava as velas plumas roxas, começou a considerar, na sua fala avisada e mansa, que Guanes nessa manhã, não quisera descer com eles à mata de Roquelanes. E assim era sorte ruim! Pois que se Guanes tivessem quedado em Medranhos só eles dois teriam descoberto o cofre, e só entre eles dois se dividiria o ouro! Grande pena! Tanto mais que a parte de Guanes seria em breve dissipada, com rufões, aos dados, pelas tavernas.

— Ah! Rostabal, Rostabal! Se Guanes, passando aqui sozinho, tivesse achado este ouro, não dividia conosco, Rostabal!

O outro rosou surdamente e com furor, dando um puxão às barbas negras:

— Não, mil raios! Guanes é sófrego... Quando o ano passado, se te lembrás ganhou os cem ducados ao espadeiro de Fresno, nem me quis emprestar três para eu comprar um gibão novo!

— Vês tu? — gritou Rui, resplandecendo.

Ambos se tinham erguido do pilar de granito, como levados pela mesma ideia, que os deslumbrava. E, através das suas largas passadas, as ervas altas silvavam.

— E para quê — prosseguiu Rui. — Para que lhe serve todo o ouro que nos leva? Tu não o ouves, de noite, como tosse? Ao redor da palha em que dorme, todo o chão está negro do sangue

que escarra! Não dura até às outras neves, Rostabal! Mas até lá terá dissipado os bons dobrões que deviam ser nossos, para levantarmos a nossa casa, e para tu teres ginetes e armas, e trajes nobres, e o teu terço de solrengos, como compete a quem é, como tu, o mais velho dos de Medranhos...

— Pois que morra, e morra hoje! — bradou Rostabal.

— Queres?

Vivamente Rui agarra o braço do irmão e apontava para a vereda de olmos, por onde Guanes partira cantando:

— Logo adiante, ao fim do trilho, há um sítio bom, nos silvados. E há-de ser tu, Rostabal, que és o mais forte de ponta pelas costas. É a justiça de Deus que sejas tu, que muitas vezes, nas tavernas, sem pudor, Guanes te tratava de «ard» e de «torpe», por não saberes a letra nem os números.

— Malvado!

— Vem!

Furam. Ambos se emboscaram por trás de um silvado que cominava o atalho, estreito e pedregoso como um leito de torrente. Rostabal, assolapado na vala, tinha já a espada nua. Um vento leve arrepiou na encosta as folhas dos álamos — e sentiram o repique leve dos sinos de Retortilho. Rui, coçando a barba, calculava as horas pelo Sol, que já se inclinava para as serras. Um bando de curvos passou sobre eles, granardos. E Rostabal, que lhes seguira o voz, recomenço a bocejar, com fome, pensando nos empadões e no vinho que o outro trazia nos alforjes.

Enfim! Alerta! Era, na vereda, a cantiga dolente e rouca, atirada aos ramos:

Olé! Olé!
Sale la cruz de la iglesia,
Toda vestida de negro...

Rui murmurou: — Na ilharga! Mal que passe! — O chouto da égua bateu o cascalho, uma pluma num sombrero vermelhejou por sobre a ponta das silvas.

Rostabal rompeu de entre a sarça por uma brecha, atirou o braço, a loga espada — e toda a lâmina se embebeu molemente na ilharga de Guanes, quando ao rumor, bruscamente ele se virara na sela. Com um surdo arranco, tombou de lado, sobre as pedras. Já Rui se arremessava aos freios da égua — Rostabal, caindo sobre Guanes, que arquejava, de novo lhe mergulhou a espada, agarrada pela folha como um punhal, no peito na garganta.

— A chave! — gritou Rui.

E arrancada a chave do cofre ao seio do morto, ambos largaram pela vereda — Rostabal adiante, fugindo, com a pluma do sombrero quebrada e torta, a espada ainda nua entalada sob o braço, todo encolhido, arrepiado com o sabor do sangue que lhe espirrara para a boca; Rui, atrás, puxava desesperadamente os freios da égua, que, de patas fincadas no chão pedregoso, arreganhando a longa dentuça amarelada, não queria deixar o seu amo assim estirado, abandonado, ao comprido das sebes.

Teve de lhe espicaçar as ancas lazentas com a ponta da espada — e foi correndo sobre ela, de lâmina alta, como se perseguisse um mouro, que desembocou na clareira onde o Sol já não dourava as folhas. Rostabal arremessara para a relva o sombrero e a espada; e debruçado sobre a laje escavada em tanque, de mangas arregaçadas, lavava, ruidosamente, a face a as barbas.

A égua quieta, recomeçou a pastar, carregada com os alforjes novos que Guanes comprara em Retortilho. Do mais largo, abarrotado, surdiam dois gargalos de garrafas. Então Rui tirou, lentamente, do cinto, a sua larga navalha. Sem um rumor na relva espessa, deslizou até Rostabal, que resfolegava, com as longas barbas pingando. E serenamente, como se pregasse uma estaca num canteiro, enterrou a folha toda no largo dorso dobrado, certaíra sobre o coração.

Rostabal caiu sobre o tanque, sem um gemido, com a face na água, os longos cabelos flutuando na água. A sua velha escarcela de couro ficara entalada sob a coxa. Para tirar de dentro a terceira chave do cofre, Rui soltou o corpo — e um sangue mais grosso jorrou, escorreu pela borda do tanque, fumegando.

III

Agora eram dele, só dele, as três chaves do cofre!... E Rui, alargando os braços, respirou deliciosamente. Mal a noite descesse, com o ouro metido nos alforjes, guiando a fila das éguas pelos trilhos da serra, subiria a Medranhos e enterraria na adega o seu tesouro! E quando ali na fonte, e além rante aos silvados, só restassem, sob as neves de Dezembro, alguns ossos sem nome, ele seria o magnífico senhor de Medranhos, e na capela nova do solar renascido mandaria dizer missas ricas pelos seus dois irmãos mortos... Mortos como? Como devem morrer os de Medranhos — a pelear contra o Turco!

Abriu as três fechaduras, apañou um punhado de dobrões, que fez retinir sobre as pedras. Que puro ouro, de fino quilate! E era o seu ouro! Depois foi examinar a capacidade dos alforjes — e encontrando as duas garrafas de vinho, e um gordo capão assado, sentiu uma imensa fome. Desde a véspera só comera uma lasca de peixe seco. E há quanto tempo não provava capão!

Com que delícia se sentou na relva, com as pernas abertas, e entre elas a ave loura, que rescendia, e o vinho cor de âmbar! Ah! Guanes fora bom mordomo — nem esquecera azeitonas. Mas porque trouxera ele, para três convivas, só duas azeitonas. Mas porque trouxera ele, para três convivas, só duas garrafas? Rasgou uma asa do capão: devorava a grandes dentadas. A tarde descia, pensativa e doce, com nuvenzinhas cor-de-rosa. Para além, na vereda, um bando de curvos granava. As éguas fartas dormitavam, com o focinho pendido. E a fonte cantava, lavando o morto.

Rui ergueu à luz a garrafa de vinho. Com aquela cor velha e quente, não teria custado menos de três maravedis. E pondo o gargalo à boca,

bebeu em sorvos lentos, que lhe faziam ondular o pescoço que tão prontamente aquecia o sangue! Atirou a garrafa vazia — destapou outra. Mas como era avisado, não bebeu, porque a jornada para a serra com o tesouro requeria firmeza e acerto. Estendido sobre o cotovelo, descansando, pensava em Medranhos coberto de telha nova, nas altas chamas da lareira por noites de neve, e o seu leito com brocados, onde teria sempre mulheres.

De repente, tomado de uma ansiedade, teve pressa de carregar os alforjes. Já entre os troncos a sombra se adensava. Puxou uma das éguas para junto do cofre, ergueu a tampa, tomou um punhado de ouro... Mas oscilou, largando os dobrões, que retiñaram no chão, e levou as duas mãos afiladas ao peito. Que é, D. Rui? Raios de Deus! Era um lume, um lume vivo, que se lhe acendia dentro, lhe subia até às goelas. Já rasgara o gibão, atirava os passos incertos e, a arquejar, com a língua pendente, limpava as grossas bagas de um suor horrendo que o regalava como neve. Oh Virgem Mãe! Outra vez o lume, mais forte, que alastrava, o roía! Gritou:

— Socorro! Alguém! Guanes! Rostabal!

Os seus braços torcidos batiam a ar desesperadamente. E a chama dentro galgava — sentia os ossos a estalarem como as traves de uma casa em fogo.

Cambaleou até à fonte para apagar aquela labareda, tropeçou sobre Rostabal; e foi com o joelho fincado no morto, arranhando a rocha, que ele, entre uivos, procurava o fio de água, que recebia sobre os olhos, pelos cabelos. Mas a água mais o queimava, como se fosse um metal derretido. Recuou, caiu para cima da relva, que arancava aos punhados, e que modia, mordendo os dedos, para lhe sugar a frescura. Ainda se ergueu, com uma baba densa a escorrer-lhe nas barbas; e de repente, esbaldando pavorosamente os olhos, berrou como se compreendesse enfim a traição, todo o horror:

— É veneno!

Oh! D. Rui, o avisado era veneno! Porque Guanes apenas chegara a Retortilho, mesmo antes de comprar os alforjes, corraera cantando a uma viela, por detrás da catedral, a comprar ao velho droguista judeu o veneno que misturado ao vinho, o tornaria a ele, somente, dono de todo o tesouro.

Anoiteceu. Dois curvos, de entre o bando que granava além dos silvados, já tinham pousado sobre o corpo de Guanes. A fonte, cantando, lavava o outro morto. Meio enterrada na erva negra, toda a face de Rui se tornara negra. Uma estrelinha tremeluzia no céu.

O tesouro ainda lá está, na mata de Roquelanes.

DUAS ANEDOTAS

Uma senhora, visitando o Jardim Zoológico, pergunta ao guarda se o elefante é macho ou fêmea.

O guarda responde solenemente:

— Eis, minha senhora, um assunto que deveria somente interessar um outro elefante.

★

Paizinho, a minha professora disse que quando somos bons vamos para o Céu.

— E é verdade, meu filho.

— Ó paizinho, mas então tu disseste que se eu fosse bom, iam ao Coliseu! Qual dos dois tem razão afinal?

PENSAMENTOS

— Não precisas de ajuda para subir à montanha. És tão leve quanto a tua alma o fôr.

(J. Roberto — As respostas estão em ti vol. I)

— Viver em grupo. Aprendi como é confortante, sobretudo se é possível dar mais do que receber.

(J. Roberto — As respostas estão em ti vol. III)

ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

OS DEFICIENTES QUE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS PRODUZEM E QUE DEVEM INTEGRAR

A ONU publicou recentemente alguns dados sobre os deficientes que existem em todo o mundo (número, tipo e origem).

Dada a importância desses dados, publicamo-los a seguir:

Quem são os Deficientes?

O problema da deficiência está bem mais generalizado do que normalmente se reconhece. Em todos os países, pelo menos uma em cada dez pessoas sofre de qualquer tipo de deficiência. As formas mais correntes são a diminuição física, as doenças crônicas, o atraso mental e as deficiências sensoriais. A grande maioria dos deficientes do mundo vive em países em desenvolvimento.

Entre as principais causas de deficiência em todo o mundo podem referir-se:

— **Acidentes** — em especial os acidentes domésticos, que ascendem a pelo menos 20 milhões por ano e em consequência dos quais 110 000 pessoas passam a sofrer de deficiências de carácter permanente.

— **Acidentes de viação** — mais de 10 milhões de feridos por vezes gravemente, por ano; as consequências vão desde amputações e lesões cerebrais à paraplegia e quadriplegia.

— **Doenças incapacitantes** — ainda existem em grande escala: há, por exemplo, 20 milhões de leproso. As deficiências resultantes da malnutrição são extremamente comuns nos países em desenvolvimento onde, e apenas como exemplo, se calcula que 250 000 crianças cegam por ano devido a insuficiências vitamínicas crônicas.

— **Doenças mentais** — segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), uma de cada dez pessoas sofre de doença mental numa fase da vida. Os doentes mentais ocupam 1/4 do total de camas de hospital.

— **Cegueira** — há no mun-

do 10 a 15 milhões de pessoas atacadas por cegueira — Surdez — 70 milhões de pessoas sofrem duma significativa diminuição auditiva.

— **Paralisia cerebral** — 15 milhões.

— **Epilepsia** — 15 milhões.

— **Doenças cardíovasculares** — sobretudo nos países ricos.

— **Deficientes de guerra** — o trágico e constante tributo pago pelos conflitos armados do século XX.

O problema tende a agravar-se, na medida em que são vários os factores que contribuem para o aumento do número de deficientes. Entre eles podem mencionar-se: a população mundial continua a aumentar e a produção total de alimentos mal consegue acompanhar esse ritmo de crescimento; as pessoas vivem mais graças às melhores condições sociais e melhores cuidados médicos; a industrialização e a urbanização estão a aumentar rapidamente nos países em desenvolvimento; a utilização do automóvel

está a generalizar-se cada vez mais.

Incidência da Deficiência no Mundo

Segundo as estimativas mínimas, pelo menos uma de cada dez crianças sofre duma deficiência física, mental ou sensorial de origem congénita ou adquirida. Os dados disponíveis são muito incompletos: as estimativas apontam para 15 a 20 por cento consoante as definições utilizadas e as condições. O número fornecido pela Reabilitação Internacional é de 500 milhões; dentre eles, mais de 2/3 vivem em países em desenvolvimento, os quais, na sua maioria, não dispõem de serviços de reabilitação.

Causas de incapacidade e número aproximado de deficientes no Mundo

Causas médicas	Milhões	Milhões Perc.
Perturbações congénitas		
Defeitos somáticos hereditários	40	7,7
Atraso mental (nem todos os casos são congénitos)	40	7,7
Perturbações não genéticas	20	3,9
Doenças contagiosas		
Poliomielite	1,5	0,4
Tracoma	10	1,9
Lepra	3,5	0,7
Oncocercose	1	0,3
Outras doenças contagiosas	40	7,7
Doenças somáticas não contagiosas		
Perturbações psiquiátricas funcionais	40	7,7
Formas crónicas de alcoolismo e abuso de drogas	40	7,7
Traumatismos ou lesões		
Acidentes de viação	30	5,8
Acidentes de trabalho	15	2,9
Acidentes domésticos	30	5,8
Outros	3	0,7
Malnutrição	100	19,3
Outras causas	2	0,5

Causas médicas	Milhões	Milhões Perc.
Defeitos somáticos hereditários	40	7,7
Atraso mental (nem todos os casos são congénitos)	40	7,7
Perturbações não genéticas	20	3,9
Doenças contagiosas		
Poliomielite	1,5	0,4
Tracoma	10	1,9
Lepra	3,5	0,7
Oncocercose	1	0,3
Outras doenças contagiosas	40	7,7
Doenças somáticas não contagiosas		
Perturbações psiquiátricas funcionais	40	7,7
Formas crónicas de alcoolismo e abuso de drogas	40	7,7
Traumatismos ou lesões		
Acidentes de viação	30	5,8
Acidentes de trabalho	15	2,9
Acidentes domésticos	30	5,8
Outros	3	0,7
Malnutrição	100	19,3
Outras causas	2	0,5

«Ao proclamar 1981 o Ano Internacional dos Deficientes a Assembleia Geral pretendeu chamar a atenção para os direitos e oportunidades dos deficientes de modo a garantir a sua plena participação e integração na sociedade. Os esforços tendentes a encontrar soluções para os problemas dos deficientes deveriam ser parte integrante das estratégias nacionais de desenvolvimento. Daí que haja necessidade de assegurar a participação de todos os Estados membros bem como das organizações governamentais e não-governamentais competentes na preparação e aplicação do programa do Ano Internacional dos Deficientes».

KURT WALDHEIM
Secretário-Geral das Nações Unidas

A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES NA ALEMANHA FEDERAL

Na sequência do publicado em número anterior do «Elo», apresentamos a seguir mais alguns dados sobre a problemática dos deficientes na Alemanha Federal, distribuídos pela Embaixada deste país em Lisboa.

Os centros de fomento profissional servem à formação profissional e à reeducação de adultos deficientes. São instituições supra-empresariais e destinadas em primeiro lugar a trabalhadores que já não podem exercer a sua actividade antiga em virtude de uma deficiência e que por este motivo carecem de uma reeducação profissional. Em paralelo a medidas fomentadoras no âmbito profissional pode existir uma assistência complementar de tipo medicinal, psicológico, pedagógico ou desportivo.

A planeada construção de uma rede federal de centros de formação profissional abrange a construção de 21 instalações que englobam cinco instituições especiais dedicadas a paralíticos e a cegos com um total de cerca de 12 mil postos de reeducação. Desde já funcionam parcial ou totalmente 18 centros de formação profissional; três instituições encontram-se em fase de construção.

O centro de reabilitação de Kirchseeon (denominado por «centro de fomento profissional de Munique») oferece, a título de exemplo, os seguintes programas formativos: profissões comerciais (praticantes e comerciantes que tanto no comércio como na indústria exercem uma actividade meramente a nível de escritório); profissões industriais e/ou técnicas (mecânicos de precisão/mecânicos especializados mecânicos/mecânicos especializados em empresas, peritos no exame de marcas, desenhadores técnicos no âmbito da construção de máquinas, electrónicos de

rádio, electrónicos ao serviço da informática); outras profissões (por exemplo, assistência médica).

A escolha de uma profissão e a prática de trabalho consequente tem a duração de doze dias.

Os programas de formação (com uma duração de doze ou dezoito meses consoante os casos) finalizam com um exame prestado perante a Câmara de Comércio e Indústria, nomeadamente a Câmara dos Médicos, ou com um exame «caseiro» sempre que se trate de profissões de instrução não reconhecidas.

Para a instrução teórica encontram-se à disposição auditórios apetrechados com modernos aparelhos áudio-visuais, um laboratório de línguas, uma televisão e um terminal destinado ao ensino orientado por computadores. A instrução prática processa-se em oficinas, salas de desenho, salas de escrever e de calcular, e numa firma experimental.

Centros de formação profissional

Os centros de formação profissional servem à instrução primária profissional de jovens deficientes após estes terem concluído os seus estudos em escolas de instrução geral e em escolas especiais com assistência psicológica, pedagógica, médica e desportiva.

Os centros de formação profissional foram concebidos para jovens deficientes que só em organismos de instrução especiais adaptados à natureza da sua deficiência e às

respectivas consequências podem ser educados para mais tarde exercerem uma profissão.

A sua rede planeada à escala federal abrange numa primeira fase a construção de 24 centros de formação profissional com cerca de 7000 postos de instrução, e numa segunda fase a construção de mais 12 centros com 3000 postos de instrução. Encontram-se total ou parcialmente em funções 15 centros, em construção dez, e planeados onze.

Âmbito medicinal

Em centros-modelo destinados às reabilitações medicinal e profissional as medidas de reabilitação profissional já são tomadas junto dos doentes e têm por finalidade prepará-los tanto para o regresso aos seus postos de trabalho como para uma reeducação profissional.

Tendo em consideração as espécies de doença e de deficiência mais significativas sob o ponto de vista socio-medicinal (por exemplo, perturbações cardíovasculares, paralisia, males neurológicos em crianças e em jovens, deficiências mentais ou psíquicas) já se encontra em funcionamento uma série de instituições, enquanto que outras estão em fase de construção ou de planeamento. Todas elas pretendem atingir a finalidade de uma evolução contínua do processo de reabilitação mediante a utilização simultânea de medidas conotadas com os âmbitos da medicina e da formação profissional.

Oficinas destinadas a deficientes

Na Lei dos deficientes graves (veja-se 5) encontra-se regulamentada a nova concepção da oficina destinada

deficientes graves. Assim, a oficina não deverá ser uma instituição colectiva geral para deficientes que necessitam de um alojamento; pelo contrário, é-lhe atribuída uma função específica tendo em atenção um determinado círculo de deficientes: a oficina, neste caso, é uma instituição que visa a integração no mundo laboral (instituição de reabilitação profissional) para todos aqueles deficientes que em virtude da natureza ou do grau da sua deficiência não podem exercer a sua actividade no mercado de trabalho comum, mas que se encontram aptos a serem reabilitáveis profissionalmente. Nesta ordem de ideias pretende-se desenvolver na oficina as suas capacidades produtivas de forma a poderem preencher um posto de trabalho na oficina ou no mercado de trabalho comum.

Este tipo de missão atribuído à oficina tem por consequência que o círculo de deficientes a ser aceite neste género de instituições pode ser muito vasto, existindo embora um limite. Por princípio a oficina encontra-se aberta a todos os deficientes, independentemente da natureza ou do grau da sua deficiência e sem tomar em consideração as suas diferenciadas capacidades de rendimento. Tendo em conta o carácter da oficina como lugar de reabilitação profissional não se descarta, todavia, o facto de não se poder abdicar de certas exigências mínimas, também evidentes e usuais em outros estabelecimentos de reabilitação profissional. Na oficina só podem ser aceites deficientes aptos a uma reabilitação profissional. Isto pressupõe que eles disponham de um mínimo de capacidade produtiva, sejam capazes de se integrar numa capacidade, e desempenhem o seu papel no seu posto de trabalho tanto quanto possível sem necessidade de assistência.

Presentemente existem 250 oficinas destinadas a deficientes com cerca de 35 000 lugares. A planeada rede de oficinas para deficientes pre-

vê no âmbito de um planeamento a médio prazo a construção e a ampliação de aproximadamente 60 000 lugares.

O Governo Federal despendeu de 1962 a 1969 quase 30 milhões de marcos alemães no fomento da reabilitação profissional; de 1970 a 1977 inclusive a soma destinada ao mesmo fim cifrou-se em 364 milhões — doze vezes maior do que a anterior. Para o ano de 1978 estipularam-se 63,6 milhões de marcos. No ano de 1977 as despesas cifraram-se em cerca de 57,6 milhões de marcos.

Outros campos de reabilitação

Outros campos de reabilitação são: âmbito escolar pedagógico (nomeadamente e de preferência a criação de escolas avançadas para cegos, deficientes visuais, surdos, deficientes auditivos e deficientes físicos); âmbito social (nomeadamente a cooperação com as associações de assistência social livre e com as organizações de defesa própria, criadas para deficientes; lotarias patrocinadas pelos primeiro e segundo canal (ARD e ZDF) da televisão alemã em prol de instituições para deficientes); fomento de investigação.

Prescrição para a taxa de compensação

Em 12 de Agosto de 1978 entrou em vigor a segunda disposição destinada à concretização da Lei de deficientes graves. Esta disposição prevê que os meios resultantes da taxa de compensação sejam em primeiro lugar investidos no fomento da oferta de postos de trabalho e de instrução, e em salários destinados a deficientes que exerçam uma profissão. Em

determinados casos o patronato deverá receber subsídios para a criação, a oferta, a instauração e o apetrechamento de postos de trabalho e de instrução destinados a deficientes graves, tendo em conta o grau da sua deficiência, e também para a criação de postos de trabalho em regime de «part time» para essas mesmas pessoas.

A título de compensação dos prejuízos que da deficiência resultam para a vida laboral, e para que seja assegurada a sua inclusão laboral e profissionalmente, os deficientes deverão usufruir de uma série de prerrogativas: auxílios destinados ao equipamento e a obtenção de postos de trabalho, à criação e conservação de uma existência profissional independente, à obtenção e conservação de uma habitação que corresponda às necessidades individuais de cada um à manutenção da mão-de-obra. Os deficientes usufruirão também de auxílios que se inserem no âmbito de outras situações vivenciais especiais.

Além disso será fomentada a execução de medidas de esclarecimento, de educação e de formação em especial dedicadas a pessoas de confiança relacionadas com os deficientes (veja-se 5), aos conselheiros de gerência e de pessoal, aos encarregados do patronato quanto a questões relacionadas com deficientes, e também ao público em geral. Para finalizar, deverão ser postos à disposição meios provenientes da taxa de compensação (veja-se 5) destinados à criação, ao alargamento, ao equipamento e à modernização de instituições que servem a formação profissional de deficientes graves e a sua integração na vida laboral.

TIRAGEM DESTA NÚMERO
10 000 EXEMPLARES

A ESMOLA AMESQUINHA, O TRABALHO DIGNIFICA!

QUAL O PAPEL DO «ELO»?

Recordo algumas das dezenas e edições do «ELO».

Recordo vivamente a reunião de associados na qual o nome do nosso jornal foi escolhido. «ELO» significava ao fim e ao cabo aquilo que nessa altura todos desejávamos — um jornal, um meio de comunicação e de ligação que chegaria às nossas mãos a informar com verdade, com isenção, sem calúnia, sem sensacionalismos. E o «ELO» foi, durante muito tempo, o que todos esperávamos dele.

É com bastante emoção e, simultaneamente, com alguma revolta, que pergunto a mim próprio, a cada um de nós — o que foi feito do nosso «ELO»?

Hoje chega até nós, de vez em quando, apenas umas folhas de papel usadas para caluniar, para criar entre a ADFA que cada um de nós somos, o espírito da intriga fácil com o objectivo de nos dividir. Hoje, chega até nós, apenas umas folhas de papel onde se desinforma, onde se jogou eleitoralmente, onde se promovem pessoas e se inventam falhos projectos.

Com este tipo de informação pretende-se também desviar a atenção de todos nós dos reais problemas que a nossa Associação vive efectivamente.

Não posso deixar de referir aqui o último «ELO» e de chamar a atenção de todos para os artigos do Sr. Director, ou de quem por ele dirige, que oportunisticamente mais uma vez o aproveitaram dando aos sócios imagem parcial e sectorizada do acto eleitoral.

O «ELO» saiu desta vez mais cedo com o receio que a já habitual imagem de roupa suja perde-se a sua urgência. Era imperioso que fosse denegrida a imagem de pessoas que deram e continuarão a dar à nossa Associação todo o seu esforço, todo o trabalho necessário e que agora, mais do que nunca, têm dentro de si uma força e um espírito de luta que não abandonarão até ao momento em que a ADFA se reencontre.

A ADFA não precisa do «trabalho» daqueles que pretendem ser os «salvadores desta pátria adormecida». A ADFA necessita que a convivência sa, o espírito de unidade que nela já se viveu, regressem de imediato. É preciso que o trabalho de todos os seus associados, sem excepção, se torne uma realidade que não pode ser adiada.

É urgente que todos, mesmo aqueles que pela distância a que se encontram da sede ou das várias Delegações e que não têm facilidade em se deslocarem, comecem desde já a procurar outros meios de informação que não seja o «ELO» (há sempre um amigo ou um conhecido que anda melhor informado) e que não se deixem embalar pela demagogia que desde a primeira à última página se faz sentir naquele que deveria ser o nosso jornal.

Ao recordar alguns dos problemas que muito nos preocupam, D. L. 43; Saúde; Serviços Sociais; Descontos na CP; CMRA; transferência da Sede da ADFA; AID, etc., também quero fazer notar a pouca importância que os mesmos têm merecido da parte do «ELO».

Artigos raros, títulos bombásticos, notícias curtas e confusas...

Enfim, um convite a cada um de nós ao desinteresse

progressivo pela sua leitura, o tentar muito subtilmente que o «ELO» passe das nossas mãos para a prateleira sem sequer o termos folheado.

Qualquer crítica, deverá, no meu entender, ter sempre um fim construtivo. Não concordo com a crítica pela crítica. Se para mim se torna necessário criticar o que está mal torna-se igualmente necessário procurar soluções imediatas.

Sobre o «ELO» sugiro aos Órgãos Sociais que procedam rapidamente à elaboração de um projecto de estatuto redactorial e que o mesmo seja

A PALAVRA AO LEITOR

Abrimos aqui um espaço para todos quantos, sócios, assinantes ou leitores ocasionais do «ELO», pretendem dar o seu contributo com temas do âmbito da acção da ADFA ou de carácter cultural em geral. Será um espaço também aberto à opinião, à sugestão e à crítica que, espera-se, seja oportuno e construtiva.

discutido livre e democraticamente por todos os sócios e posteriormente apreciado e votado em AGN.

Vamos todos trabalhar para que o «ELO» volte a ser o meio de comunicação e de ligação que foi e que deixe de ser um mero instrumento ao serviço daqueles que fa-

zem parte dos órgãos dirigentes.

O «ELO» voltará a ser o jornal da ADFA. Voltará a ser escrito para todos os seus sócios.

Vamos, pois, iniciar a nossa luta.

(JORGE MAURÍCIO)
Sócio 208

Sobre as últimas eleições

LISTA «B» FAZ BALANÇO DO ANO ELEITORAL

Com pedido de publicação, a Lista «3», candidata aos órgãos sociais centrais nas eleições do passado dia 18 de Julho, enviou ao «ELO» o seguinte comunicado que, conforme solicitado, aqui transcrevemos na íntegra.

No passado dia 18 de Julho realizaram-se eleições para os diversos Órgãos da ADFA.

Num total de 1814 votos expressos a lista «B», concorrente aos Órgãos Sociais Centrais, obteve 794 votos, que corresponde a 43,77% dos votos nas listas.

A lista «B» atribui um alto significado tanto à alta afluência às urnas, como ao elevado número de camaradas que nos deram a sua confiança.

O grande número de votantes, sem precedentes na ADFA, reflecte o aumento de consciência associativa dos deficientes militares e a vontade de que dispõem para lutar pela resolução dos seus problemas.

O grande número de votos na lista «B» prova a necessidade dos problemas serem tratados em profundidade e que os deficientes não se deixaram arrastar por manobras de diversão, por frases ocas e sem conteúdo, por acusações falsas e gratuitas a outros camaradas, mas que em unidade, com ordem e em profundidade querem discutir os seus problemas e activamente contribuir para a sua resolução.

Nota da Redacção

Abstemo-nos de quaisquer comentários, dado que todas as respostas possíveis foram já dadas durante a própria campanha eleitoral. Foram os sócios que pronunciaram o seu julgamento no próprio acto eleitoral ao escolherem a Lista «A». E o julgamento dos sócios deverá merecer a maior confiança e respeito.

Por isso, saudamos sem excepção todos os sócios e, em particular os que votaram na nossa lista.

Não nos espantam os resultados eleitorais. Os melos de que as listas dispunham eram desiguais. A lista «A» apoiou-se no aparelho da Associação, que lhe foi posto à disposição pela Direcção cessante; a formação da Comissão Nacional Eleitoral está bem recheada de ilegalidade que foram oportunamente denunciadas pela lista «B».

Havia motivos de sobra para impugnar as eleições; só não o fazemos porque não nos movem interesses mesquinhos, individuais ou de grupo. O que nos preocupa são os superiores interesses da Associação e os nossos problemas ainda por solucionar.

A lista «B», naturalmente, de acordo com os Estatutos da ADFA, desaparece com as eleições. Porém, aqueles que a compunham, continuam disponíveis para, dentro do espírito da nossa Associação, como sempre, darem o melhor de si para que o prestígio e a autoridade da ADFA seja cada vez maior.

O HOMEM E AS PLANTAS

Por LUCÍDIO PEREIRA DIAS
Sócio N.º 11

Como é sabido de todos nós, sempre que começamos alguma coisa, importa saber porque a começamos, como a começamos, a que se destina.

Ao dar continuidade ao trabalho que hei encetado no número anterior deste jornal, acho ser necessário dizer prioritariamente o que vamos tratar daqui em diante, até porque, se o leitor achar por conveniente tirar destes trabalhos alguns apontamentos e deles tirar proveitos, importa apresentar os trabalhos de uma forma sequencial.

Assim, iremos começar por dar a conhecer, a todos quantos se interessam pelo cultivo de plantas de interior, algumas técnicas e modos de as tratar, começando por:

- A escolha do vaso
- Qual a melhor terra a usar?
- Mudança de planta
- A rega
- Quantidade de água a deitar na planta
- Revitalização da planta
- Humidade do ar
- Como alimentar as plantas
- Como expô-las ao sol
- Tipos de cultura:
 - a) Cultura por estaca
 - b) Criação de novas raízes
 - c) plantas semeadas
- Recipientes para as plantas
- Plantas para escritório
- Como se devem podar as plantas
- Sistemas de rega automática
- As doenças das plantas

A ESCOLHA DO VASO:

A escolha do vaso depende da planta a que se destina. As plantas que se dão melhor em terra húmida devem ser postas num vaso não poroso: um vaso de plástico por exemplo. Se a planta prefere a terra seca, é preferível pô-la num vaso de barro. Podem comprar-se também recipientes de plástico próprios para plantas grandes, que serão colocadas ao ar livre durante o Verão.

Quanto aos vasos ornamentais, os mais bonitos em minha opinião, são os que têm um prato a condizer. O excesso de água pode escorrer para o prato, o que evita a acumulação no fundo do vaso, que pode ser fatal para as plantas colocadas em vasos ornamentais desprovidos de um orifício de drenagem. As plantas cultivadas em vasos de plástico ou de barro vidrado precisam de muito menos água do que as plantas postas em vasos de barro vulgares — vaso de barro vermelho.

QUAL A MELHOR TERRA A USAR:

Se bem que o solo ideal para qualquer planta seja o do seu habitat natural, a maioria das plantas dão-se bem numa das misturas vendidas no comércio. Podemos também fazer a nossa própria mistura, de acordo com uma destas fórmulas, muito simples:

1.ª FÓRMULA DE MISTURA

- 2 partes de argila
- 1 parte de terra vegetal ou turfa
- 1 parte de areia grossa
- 42 g de superfosfato por cada 36,5 litros

2.ª FÓRMULA DE MISTURA

- 7 partes de argila (bem peneirada, para plantas pequenas)
- 3 partes de turfa
- 2 partes de areia grossa, com 21 g de greda e 112 g de adubo de base para cada 36,5 litros — uma mistura que se pode variar duplicando-se ou triplicando-se a quantidade de greda e de adubo.

Para plantas mais pequenas pode comprar-se uma mistura sem terra, contudo turfa e areia, com ou sem greda e adubo, mas sem argila.

No próximo número trataremos de:

- Mudança da planta;
- Quantidade de água a deitar nas plantas.

In Plantas de Interior da colecção habitat de Rob Herwig

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO» ÓRGÃO CENTRAL DA A. D. F. A.

NOME

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL

Para o que junto envio a quantia:

PORTUGAL

ASSINATURA ANUAL 200\$00

ASSINATURA SEMESTRAL ... 100\$00

ESTRANGEIRO

ASSINATURA ANUAL 400\$00

ASSINATURA SEMESTRAL ... 200\$00

Assinale no respectivo quadrado com um X o que lhe interessa

A verba correspondente pode ser enviada em Cheque ou Vale de Correio

Recorte e envie à
Redacção do «ELO»
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 Lisboa Codex

LÊ ASSINA DIVULGA

COMEMORAÇÕES OFICIAIS DO AID

A POSIÇÃO DA ADFA VAI SENDO CADA VEZ MAIS CRÍTICA

Como já noticiámos no «ELO» anterior, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas continua a participar, aliás, como lhe compete por direito, na Estrutura Oficial do AID através de representações nas Comissões Nacional e Executiva e grupos de trabalho a funcionar no âmbito do Secretariado Na-

Comissões Distritais em montantes que vão de quatrocentos mil escudos a setecentos e cinquenta mil escudos, isto de acordo com a densidade populacional de cada Distrito, torna-se materialmente possível levar à prática acções de sensibilização que a ADFA considera prioritárias neste Ano Internacio-

verbas sejam aplicadas de acordo com o decidido. Pensamos que nunca é demais alertar todos os associados para que, directamente ou através das delegações a que pertencem, se empenhem para que no interior do País o AID não passe despercebido da generalidade da população. Temos obriga-

da um desencadear dos sentimentos piedosos e caritativos. É vulgar, como todos por experiência sabemos, e isto com maior incidência nas zonas rurais, que o indivíduo, a partir do momento em que fica deficiente, deixa de ser conhecido localmente pelo seu nome próprio como qualquer outro cidadão, passando a ser conhecido pela alcunha da sua deficiência, o maneta, o aleijadinho, etc.

É urgente a mudança das mentalidades, tarefa difícil mas da qual os deficientes, já consciencializados, e que são a maioria dos Deficientes das Forças Armadas, não se podem alhear fechando-se na sua concha fictícia que a cada passo empanca nas barreiras e nos preconceitos que ao longo dos tempos foram criados.

Entramos no último trimestre de 1981 — Ano Internacional do Deficiente.

Perguntamos o que se fez... conversas de gabinete, grupos de trabalho a funcionar no âmbito do SNR com muito boas intenções e alguns com propostas finais já apresentadas para aprovação. Mas as gavetas do Poder são cada vez mais fundas, algumas, com certeza, até providas de congelador a longo prazo... Os deficientes esperam algo de palpável para este ano que melhore as suas condições de vida. Os problemas de centenas de milhar de cidadãos deste País continuam a ser ignorados pelos órgãos de Informação, RTP, RDP e Imprensa em geral.

A ADFA não pode aceitar que os grandes órgãos de Informação, com desta-

que para a RTP, continuem de portas fechadas a um dos grandes problemas nacionais, e, como tal, na Comissão Executiva Nacional, tem vindo a apresentar os seus protestos, exigindo que tal situação se altere radicalmente.

A RTP e a RDP no pouco que têm falado do AID, à maneira de «spots» publicitários, têm apenas tocado a problemática da prevenção, esquecendo-se totalmente a situação real em que se encontram os deficientes. Será que se pensa que para a fome e a marginalização que no dia a dia se abate para a mancha da população deficiente a única solução será a morte?

Não queremos tirar ainda conclusões sobre toda esta situação, mas temos a certeza de que algo terá que acontecer.



cional de Reabilitação, participando também a ADFA nas estruturas oficiais regionais através das nossas Delegações, nomeadamente nas Comissões Distritais e Concelhias já criadas em todo o País.

Quanto às Comissões Distritais e Concelhias e a exemplo da restante estrutura oficial, foram criadas tardiamente, a maior parte delas só a partir do segundo semestre do corrente ano, reduzindo logo à partida em cinquenta por cento as possibilidades de realizações concretas de âmbito regional e local onde mais se fazem sentir as carências de apoio, a todos os níveis, aos deficientes que no interior do país sofrem uma redobrada marginalização, sendo na quase totalidade dos casos objectos da caridade pública. Apesar do arranque tardio das Comissões Distritais e Concelhias, pensamos que ainda se pode aproveitar a ponta final do ano para, a nível regional e local, se encontrem acções de sensibilização e dinamização sobre a real situação em que se encontram os deficientes deste país.

Com o envio de verbas à Comissão Executiva Nacional para todas as

nal do Deficiente. Temos a certeza de que a nível local e regional muitas situações de reintegração socio-profissional poderiam ser uma realidade se as autarquias, os empresários e a população em geral fossem alertadas para as potencialidades concretas dos deficientes, não excluindo qualquer nível de participação social e profissional, desde que esteja de acordo com as capacidades restantes de cada deficiente. Com a certeza de que a mudança de mentalidade perante o deficiente constitui o passo fundamental para a definição de uma política local e regional de reabilitação e reintegração dos deficientes, a Comissão Executiva Nacional deliberou que as verbas destinadas às Comissões Distritais apenas poderão ser gastas em despesas correntes, como transportes, expediente e em Acções de Sensibilização e Informação, como colóquios, exposições, conferências, seminários e propaganda em geral.

As Delegações da ADFA, em devido tempo, foram informadas destes objectivos e, através dos seus representantes nessas comissões, velarão e apresentarão propostas no sentido de que as referidas

ção, como sócios da maior organização de deficientes em Portugal e pela prática que desde sempre temos demonstrado, de ser autênticos agentes da causa dos deficientes. Não nos podemos esquecer de que a indemnização que muitos de nós já recebemos e até a própria reintegração profissional que, felizmente com esforço próprio, muitos de nós já conseguimos não é suficiente para que deixemos de ser marginalizados e que a exibição das nossas deficiências não constitua ain-

CONCLUSÕES DO 2.º CONGRESSO NACIONAL DA ADFA JÁ ESTÃO ENCADERNADAS

Encontram-se já encadernadas as conclusões do 2.º Congresso Nacional da ADFA. Os sócios interessados em adquirir esta brochura poderão fazê-lo na sede da Associação ou em qualquer delegação.

Entretanto, a Associação está a enviar exemplares das conclusões a todas as entidades e serviços ligados à reabilitação e inte-

REVISTA DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO VAI PUBLICAR ENTREVISTA COM A DIRECÇÃO DA ADFA

Conforme referido no último número do «ELO», o Secretariado Nacional de Reabilitação começou já a publicar a sua revista, cujo título é «Reabilitação».

O n.º 1 diz respeito aos meses de Março e Abril (trata-se de uma revista bimestral). O n.º 2 é de Maio e Junho, aguardando-se a publicação do número de Julho e Agosto.

gração social dos deficientes.

Está-se igualmente a fazer diligências no sentido de que algumas das conclusões possam ser aplicadas.

Foi neste sentido que a Direcção Central solicitou uma audiência ao Secretário Nacional de Reabilitação e que terá lugar no próximo dia 8 de Outubro.

No n.º 3 vai ser publicada uma entrevista feita à Direcção Central da ADFA, bem como uma reportagem sobre alguns aspectos fundamentais da Associação. No 1.º número foi a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) que mereceu a atenção da «Reabilitação» e no número 2 a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral.

A «Reabilitação» é uma revista com boa apresentação e elaboração cuidada, a quem não podemos deixar de dar as boas-vindas, pois vem ocupar um espaço desde sempre em aberto e em que a informação era tão desejada. Afirma-se, efectivamente, nestes dois primeiros números, uma revista essencialmente informativa, sobretudo no que respeita às actividades do próprio Secretariado Nacional de Reabilitação. Informa ainda (n.º 2) sobre alguns dos direitos dos deficientes, para além de dedicar (o que é de louvar) um espaço às Associações de deficientes.

Pensamos, no entanto, que a «Reabilitação» não

deverá ficar por aqui. Deverá, à semelhança do que deverá o próprio Secretariado, ser um espaço privilegiado para o tratamento da problemática dos deficientes, onde, livremente, Associações, técnicos de reabilitação e quaisquer outras pessoas possam apresentar as suas opiniões, defender os seus pontos de vista, fazer as suas críticas, sempre numa perspectiva construtiva, valorizando e elevando as questões da reabilitação e dos deficientes até à sua exacta dimensão social. Esperemos que assim seja. Para já, a ADFA, na sua primeira intervenção na «Reabilitação», apresentou-se desinibida, tratando abertamente e sem preconceitos nem peias todas as questões sobre que foi solicitada.

Entretanto, considerando a importância que, para já, esta revista tem, entendemos que a sua distribuição deveria ser muito ampla, de molde a poder chegar, junto do maior número possível de deficientes, profissionais da reabilitação e membros da população em geral.